



**MINISTÉRIO PÚBLICO  
PORTUGAL**

EM DEPESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA

# **A CORRUPÇÃO E A CRIMINALIDADE CONEXA NA ÁREA DA REGIÃO JUDICIAL DE LISBOA**

**Exercício da ação penal 2019-2024**



**A CORRUPÇÃO E A CRIMINALIDADE CONEXA NA ÁREA DA REGIÃO  
JUDICIAL DE LISBOA**

**EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL 2019-2024**

**ÍNDICE**

ÍNDICE.....	1
NOTA INTRODUTÓRIA.....	5
<b>I. A REGIÃO JUDICIAL DE LISBOA.....</b>	<b>6</b>
1. ANÁLISE GLOBAL.....	6
2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	14
3. FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS.....	16
4. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	17
5. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	18
<b>II. OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS.....</b>	<b>20</b>
<b>ABUSO DE PODER.....</b>	<b>20</b>
1. ANÁLISE GLOBAL.....	20
2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	25
3. FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS.....	26
4. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	27



5.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	28
<b>ADMINISTRAÇÃO DANOSA.....</b>		<b>29</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	29
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	33
3.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	34
<b>BRANQUEAMENTO.....</b>		<b>35</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	35
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	40
3.	INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	41
4.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	42
<b>CORRUPÇÃO.....</b>		<b>44</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	44
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	49
3.	FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS.....	50
4.	INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	51
5.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	52
<b>PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO.....</b>		<b>53</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	53
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	58



3.	INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	59
4.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	60
 <b>PECULATO.....</b>		<b>62</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	62
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	67
3.	FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS.....	68
4.	INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	69
5.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	70
 <b>PREVARICAÇÃO (titulares de cargos políticos).....</b>		<b>71</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	71
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	76
3.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	77
 <b>RECEBIMENTO INDEVIDO DE VANTAGEM.....</b>		<b>79</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	79
2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	84
3.	INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.....	85
4.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	86
 <b>TRÁFICO DE INFLUÊNCIA.....</b>		<b>88</b>
1.	ANÁLISE GLOBAL.....	88



2.	EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO.....	92
3.	EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA.....	94



## INTRODUÇÃO

Por ocasião do Dia Internacional Contra a Corrupção, o presente relatório síntese pretende constituir-se como um contributo para um melhor conhecimento da atividade investigatória do Ministério Público no âmbito da fenomenologia criminal da corrupção e criminalidade conexas na área da Região Judicial de Lisboa, que compreende as comarcas dos Açores, da Madeira e de Lisboa, Lisboa Norte e Lisboa Oeste.

Nesta sede, cumpre ainda integrar a atividade desenvolvida pelo DIAP Regional de Lisboa, criado na sequência da entrada em vigor do Novo Estatuto do Ministério Público (Lei n.º 68/2019, de 27 de agosto) em 01.01.2020, que tem a competência estabelecida nos artigos 70.º e 71.º do Estatuto do Ministério Público, ou seja:

- para a direção do inquérito e o exercício da ação penal relativamente aos crimes elencados no n.º 1, do artigo 58.º do Estatuto do Ministério Público quando a atividade criminosa ocorrer em comarcas que integram a área da Procuradoria Geral Regional de Lisboa;
- para a direção do inquérito e o exercício da ação penal que lhe seja atribuída por despacho do Procurador Geral Regional relativamente a crimes de manifesta gravidade, complexidade ou dispersão territorial da atividade criminosa que justifiquem a direção concentrada da investigação.

A fonte dos dados utilizados é o sistema *Citius*, cuja estrutura, naturalmente, condiciona a recolha, o tratamento e a análise efetuados.



## **A CORRUPÇÃO E A CRIMINALIDADE CONEXA NA ÁREA DA REGIÃO JUDICIAL DE LISBOA**

### **EXERCÍCIO DA AÇÃO PENAL 2019-2024**

#### **I. A REGIÃO JUDICIAL DE LISBOA**

##### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **7.160** novos inquéritos relativos a crimes de corrupção e criminalidade conexa, nesta se compreendendo os crimes de abuso de poder, administração danosa, branqueamento, participação económica em negócio, peculato, recebimento indevido de vantagem e tráfico de influência.

Número que, somados aos **1.380** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **8.540** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 1** – Inquéritos por crimes de corrupção e criminalidade conexa iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Região Judicial de Lisboa

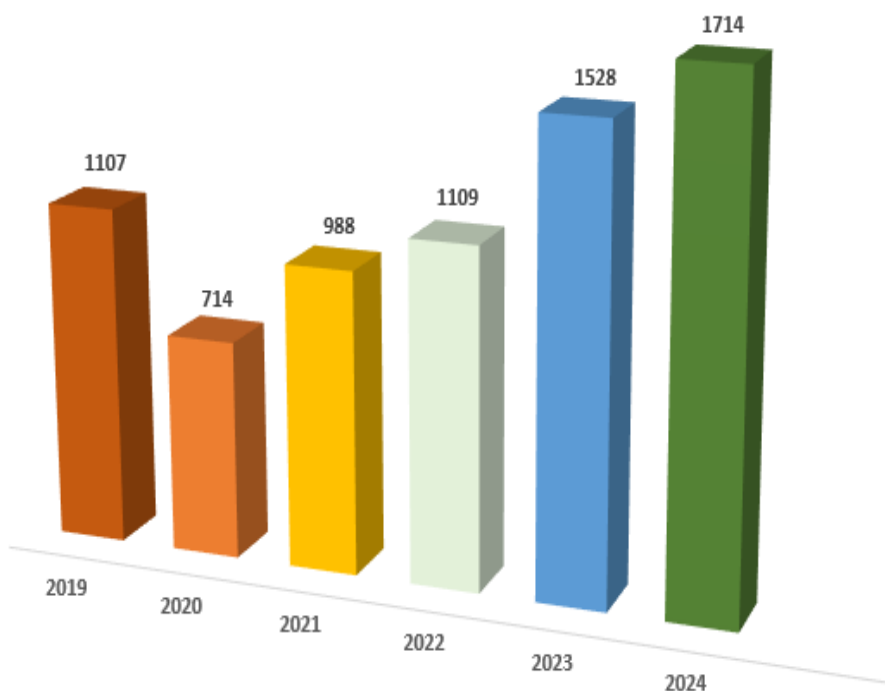
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
<b>Abuso de poder</b>	218	137	269	336	368	371
<b>Administração danosa</b>	17	10	7	6	10	9
<b>Branqueamento</b>	165	209	305	404	641	859
<b>Corrupção</b>	271	150	177	167	245	219



<b>Participação económica em negócio</b>	69	31	43	35	45	54
<b>Peculato</b>	326	149	150	125	156	153
<b>Prevaricação (de titular de cargo político)</b>	17	12	18	18	33	15
<b>Recebimento indevido de vantagem</b>	14	9	10	11	18	20
<b>Tráfico de influência</b>	10	7	9	7	12	14
<b>TOTAL</b>	<b>1107</b>	<b>714</b>	<b>988</b>	<b>1109</b>	<b>1528</b>	<b>1714</b>



Gráfico 1 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa

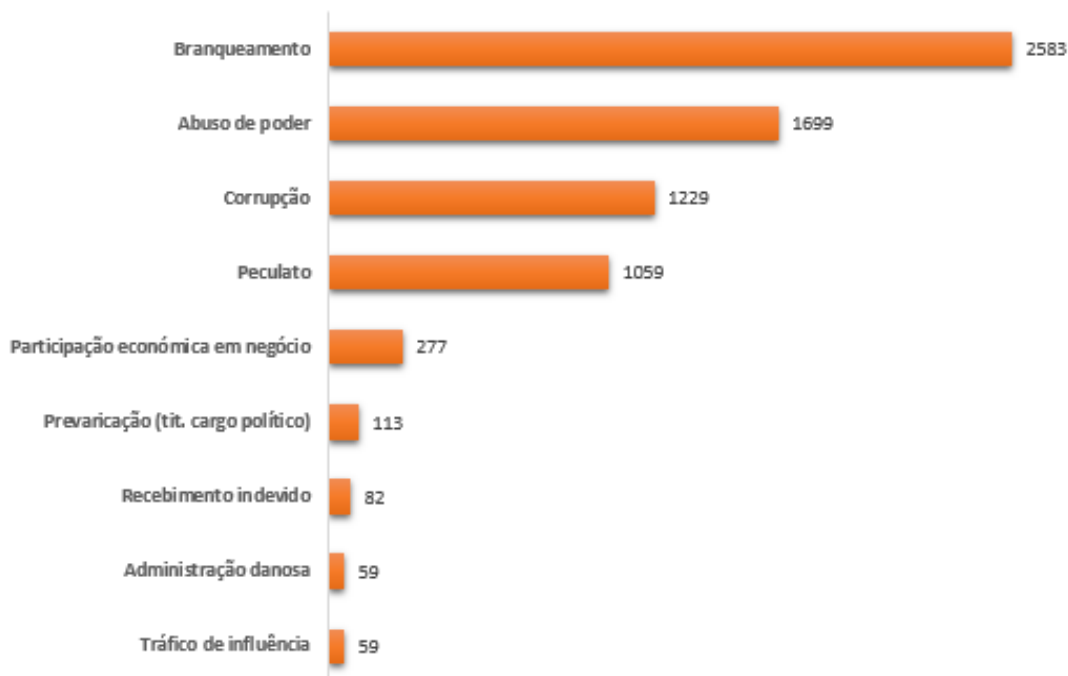


Verifica-se que desde o ano de **2020** que o número de inquéritos iniciados anualmente tem aumentado, sendo que em 2024 o número de inquéritos iniciados se situava **54,8%** acima do número de inquéritos iniciados em 2019.

Constata-se ainda que dos **7.160** inquéritos registados no período temporal em apreço, **2.583** tiveram por objeto o **crime de branqueamento**, que assim constituiu **36,1%** do conjunto dos crimes considerados.



Gráfico 2 - Inquéritos iniciados por tipo de crime - 01.01.2019 a 31.12.2024 | Região Judicial de Lisboa



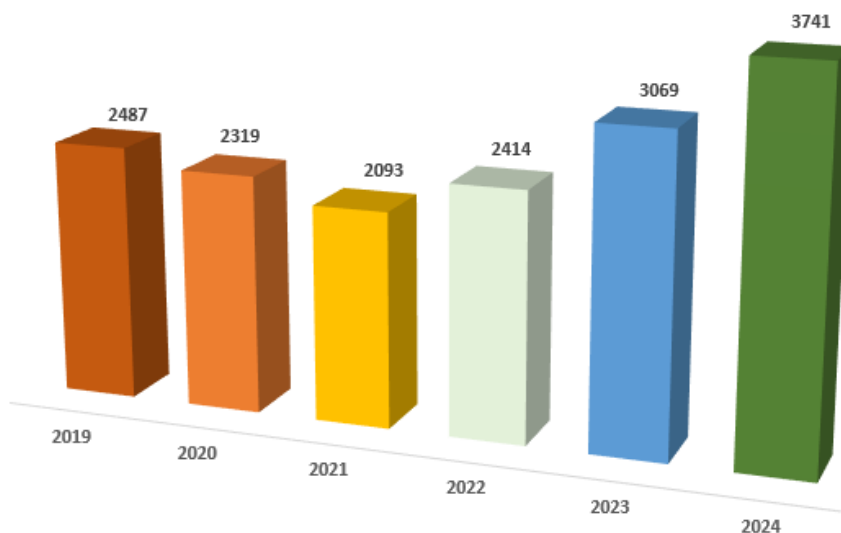
Quadro 2 – Inquéritos por corrupção e criminalidade conexas movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 |

Região Judicial de Lisboa

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	2.487	2022	2.414
2020	2.319	2023	3.069
2021	2.093	2024	3.741



Gráfico 3 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa



Situando-se a média anual de inquéritos movimentados no sexénio em análise em **2.687** inquéritos, verifica-se que no ano **de 2024** foi largamente ultrapassado esse número, numa tendência de aumento sequencial do número de inquéritos movimentados iniciada em **2022**.

Foram concluídos **5.996** inquéritos, o que representa **70,2%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **83,7%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **2.544** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui um acréscimo de **84,3%** face aos **1.380** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 3 - Inquéritos movimentados e findos 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 01.01.2025
Vindos do ano de 2019	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282/3.º CPP)	Outros motivos	Total	
1.380	7.160	8.540	409	3.030	18	2.537	5.996	
								2.544



Foi deduzida acusação em **409** inquéritos – 146 em tribunal coletivo, 259 em tribunal singular – das quais 173 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal –, 3 em processo abreviado e 1 em processo sumaríssimo.

O instituto de suspensão provisória do processo aplicou-se em 19 casos, dos quais **13** findaram por arquivamento durante o período temporal em análise.

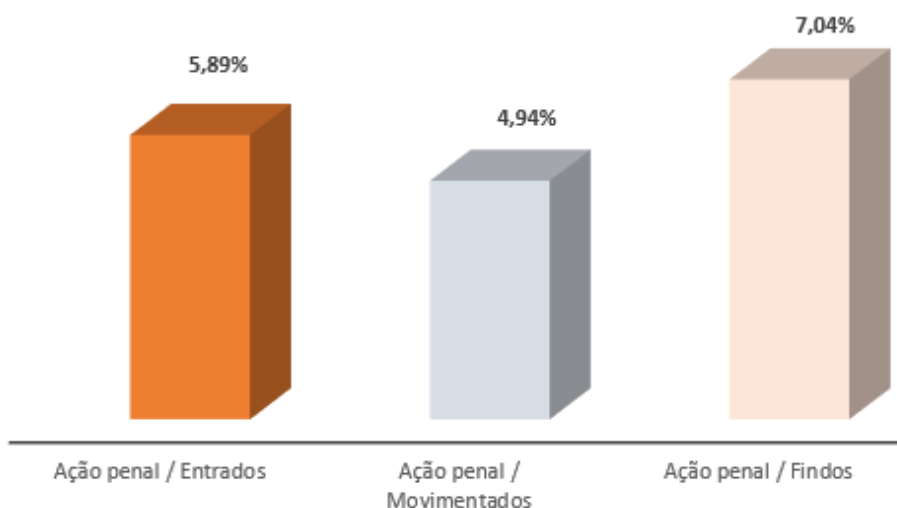
A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **422** inquéritos.

O indicador de indicição cifra-se, assim, em **5%** relativamente aos inquéritos movimentados, **6%** por referência aos entrados e **7,1%** relativamente aos findos.

Quadro 4 - Exercício da ação penal [Inquéritos findos com indicição]

Inquéritos findos com indicição							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicição em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º -3 CPP	Outros					
146	173	86	3	1	409	13	422

Gráfico 4 - Percentagem de exercício da ação penal em inquérito face ao total de movimentados, de entrados e de findos





O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do Código de Processo Penal foi de **3.035**, tendo findado **2.368** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 5 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

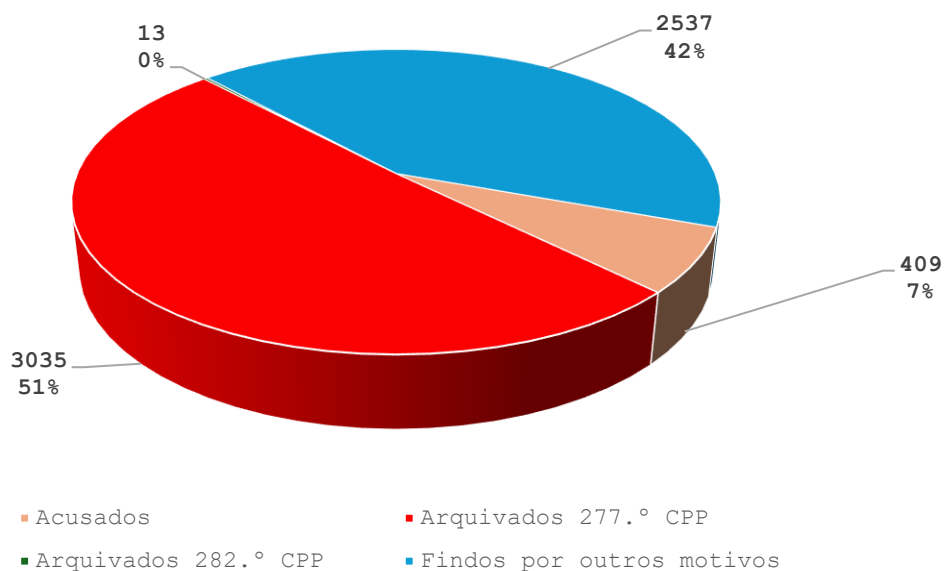


Gráfico 6 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

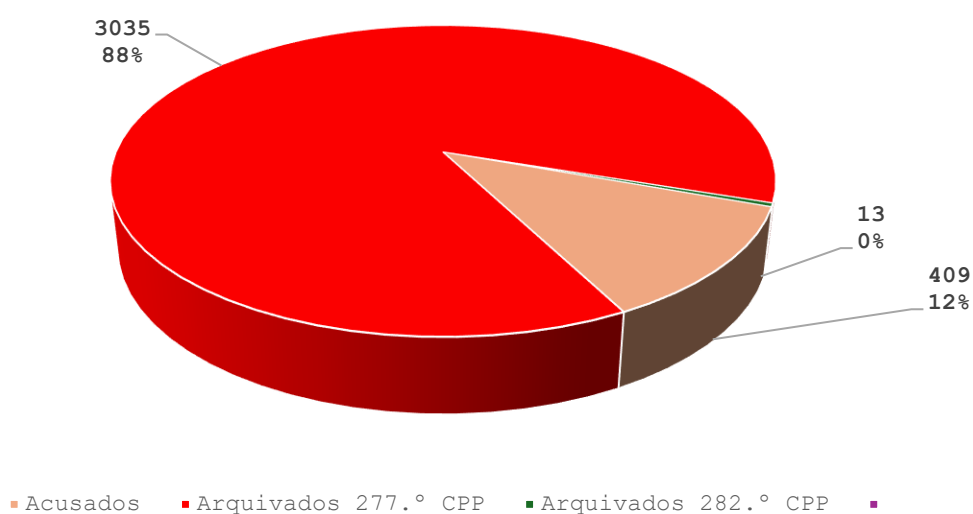
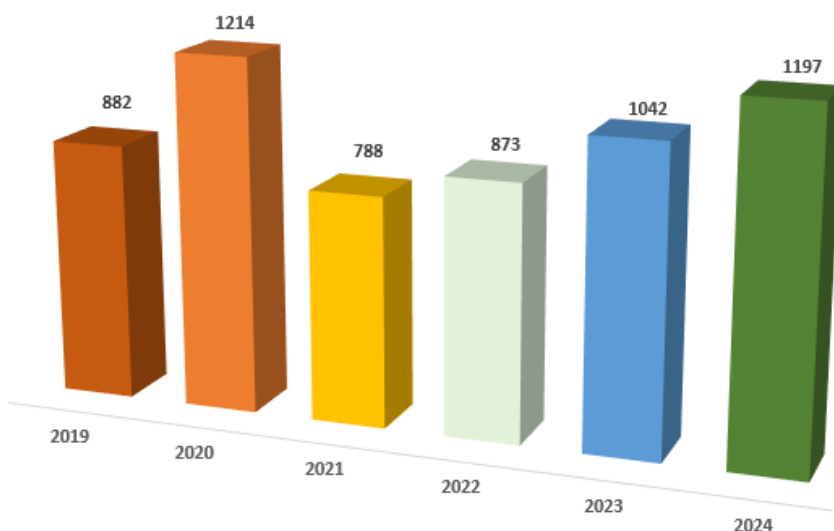


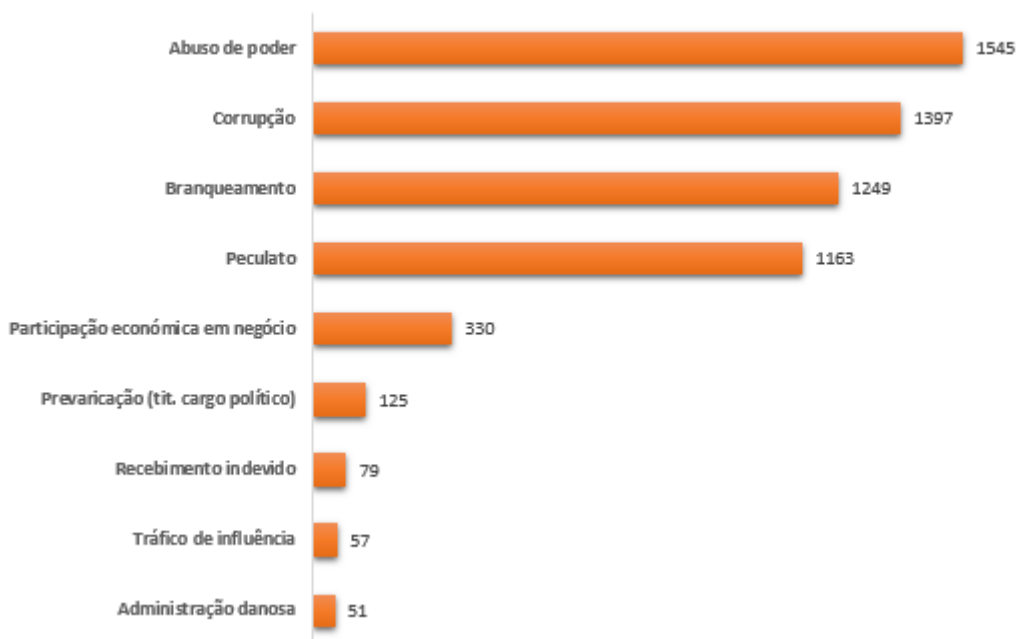


Gráfico 7 - Inquéritos findos 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa



Constata-se ainda que dos **5.996** inquéritos findos no período temporal em apreço, **1.545** tiveram por objeto o **crime de abuso de poder** e **1.397** tiveram por objeto o **crime de corrupção**, que assim, e em conjunto, constituíram **49,1%** do conjunto dos crimes considerados nos inquéritos findos.

Gráfico 8 - Inquéritos findos por tipo de crime - 01.01.2019 a 31.12.2024 | Região Judicial de Lisboa

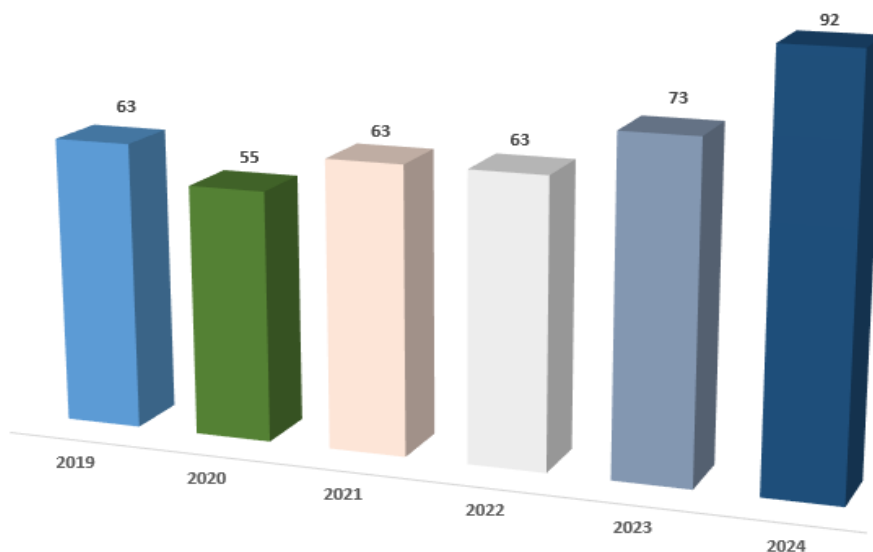




## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

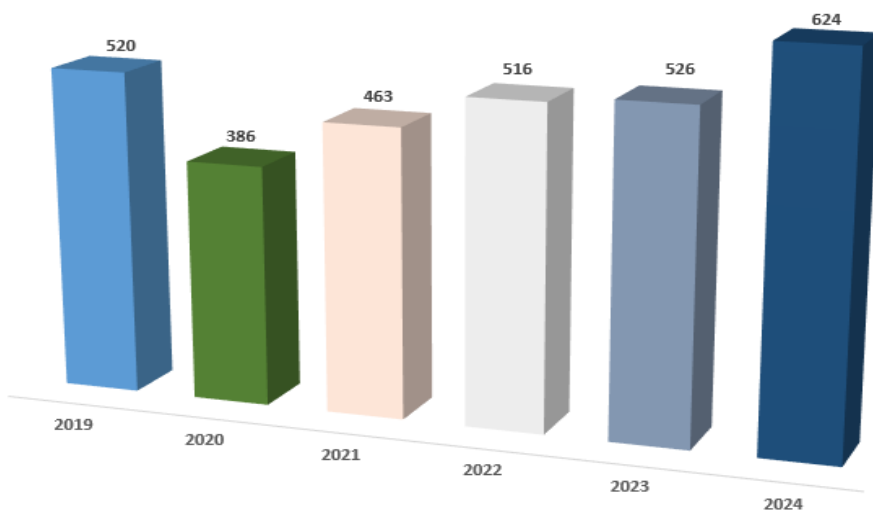
Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **409** acusações.

Gráfico 9 - Inquéritos acusados 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa



Foram arquivados **3.035** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

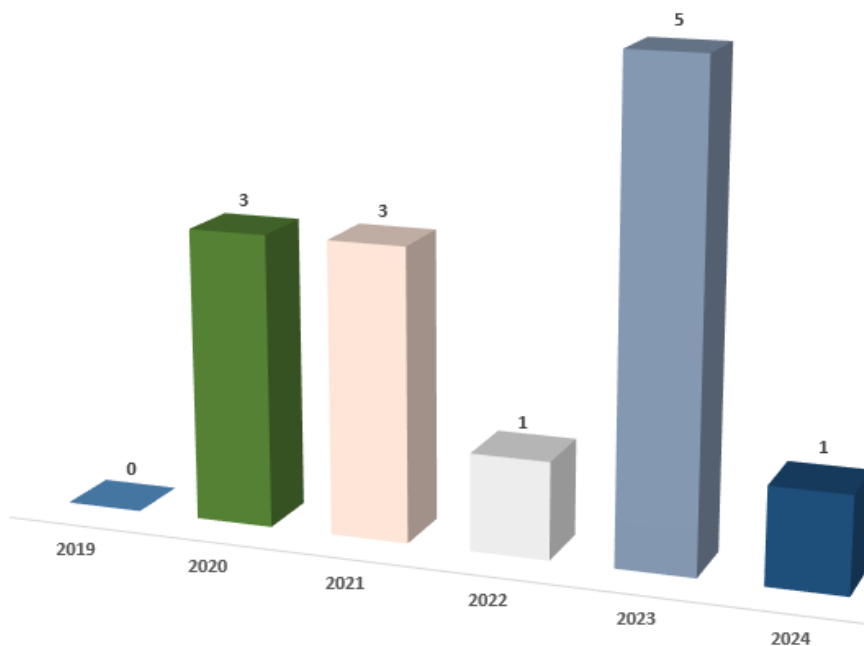
Gráfico 10 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa





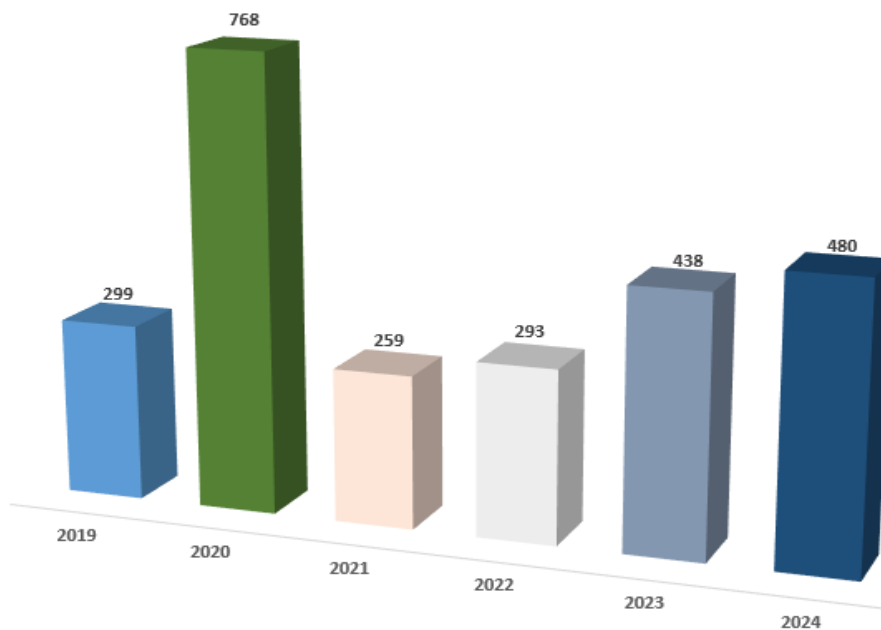
Foram ainda arquivados **13** inquéritos na sequência do cumprimento de injunções em inquéritos nos quais foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal).

Gráfico 11 - Inquéritos arquivados (art.º 282.º CPP) 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa



Por fim, findaram **2.537** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 12 - Inquéritos findos por outros motivos - 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa





### **3. FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS**

A ação penal foi exercida com a utilização das seguintes formas de processo especial e institutos de consenso:

**Quadro 5** – Formas de processo especial e institutos de consenso – Corrupção e Criminalidade Conexa

01.01.2019 a 31.12.2024 | Região Judicial de Lisboa

<b>Abreviado</b>	<b>3</b>
<b>Sumaríssimo</b>	<b>1</b>
<b>Arquivamento na decorrência de suspensão provisória do processo</b>	<b>13</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>

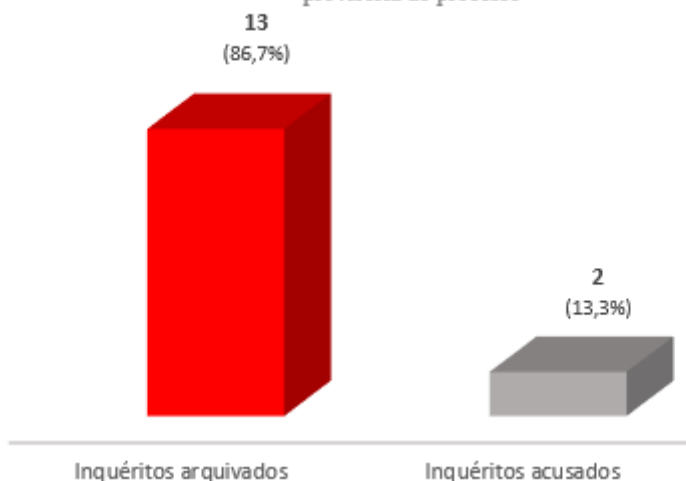
O que nos permite concluir que as formas de processo especial e de institutos de consenso foram utilizadas em **0,3%** da totalidade dos inquéritos findos e em **4%** da totalidade dos inquéritos em que foi exercida a ação penal.

No que tange ao instituto da suspensão provisória do processo, no período temporal em análise, cumpre salientar a sua aplicação em **19** inquéritos; contudo, só **13** findaram por arquivamento após cumprimento de injunções, tendo em **2** inquéritos sido determinado o prosseguimento do inquérito com acusação subsequente. Findaram **2** inquéritos por outros motivos.

Retirando os números das suspensões provisórias findas por outros motivos, verificamos que a aplicação do instituto da suspensão provisória teve uma taxa de sucesso de **86,7%**, sendo a taxa de insucesso do âmbito de aplicação deste instituto de **13,3%**.



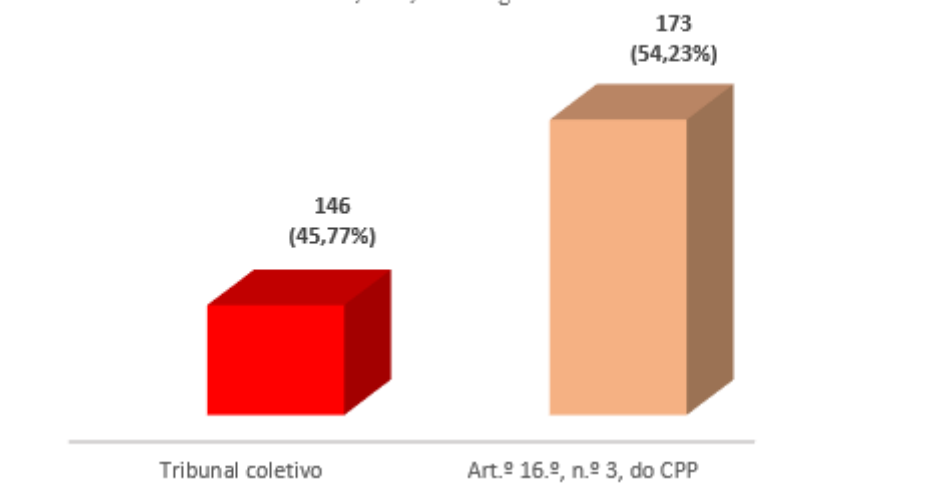
Gráfico 13 - Percentagem de sucesso da aplicação do instituto da suspensão provisória do processo



#### 4 INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em **173** casos, o que representa **42,72%** do total de processos acusados em processo comum (405) e **54,23%** da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (319).

Gráfico 14 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal

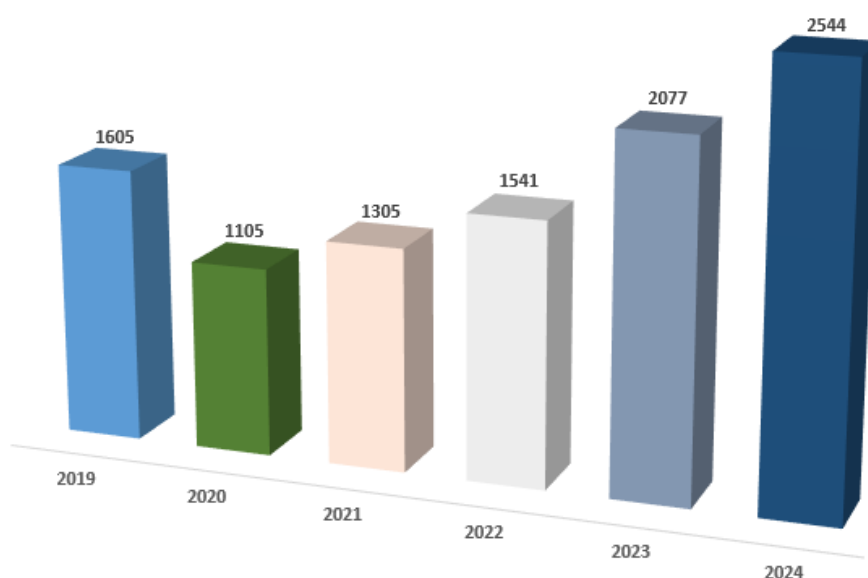




## 5. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 1.380 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de corrupção e criminalidade conexas; em 31.12.2024, esse número era de 2.544, num crescimento de 84,3% da pendência em 6 anos.

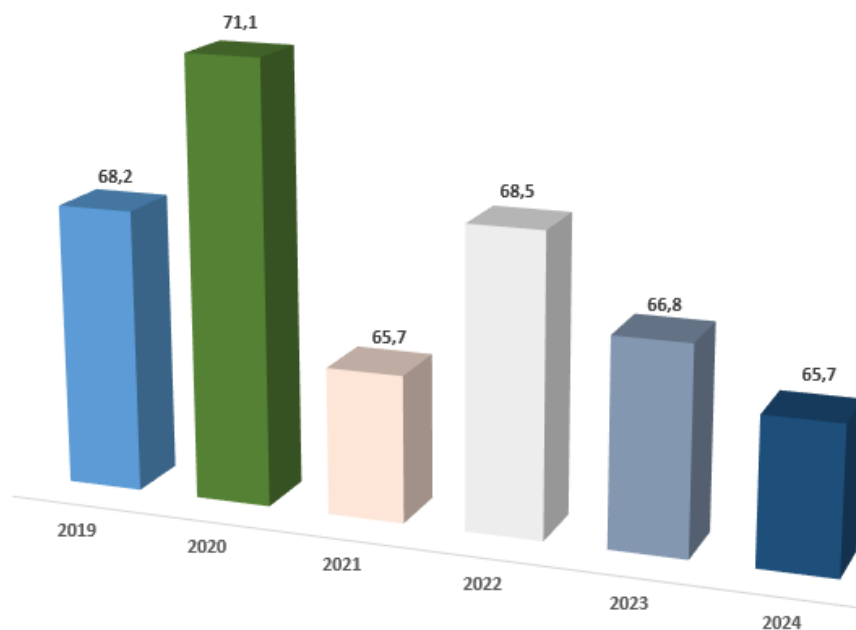
Gráfico 15 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa



Não obstante, o percentual número de inquéritos de corrupção e criminalidade conexas com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio tem-se mantido estável entre os 65% e os 68%, com exceção do ano de 2020.

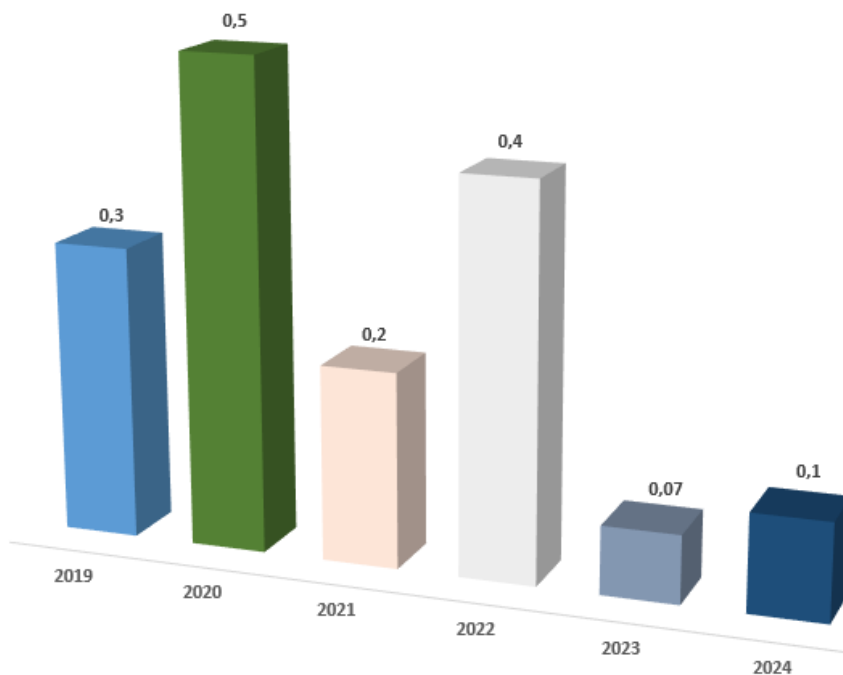


Gráfico 16 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa



A percentagem processual dos inquéritos suspensos provisoriamente relativamente aos inquéritos pendentes tem-se mantido bastante baixo ao longo do sexénio, nunca ultrapassando os 0,5%.

Gráfico 17 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes a 31 de dezembro a aguardar o decurso do prazo de suspensão provisória - 2019-2024 | Região Judicial de Lisboa





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **ABUSO DE PODER**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **1.699** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de abuso de poder na área da Região Judicial de Lisboa.

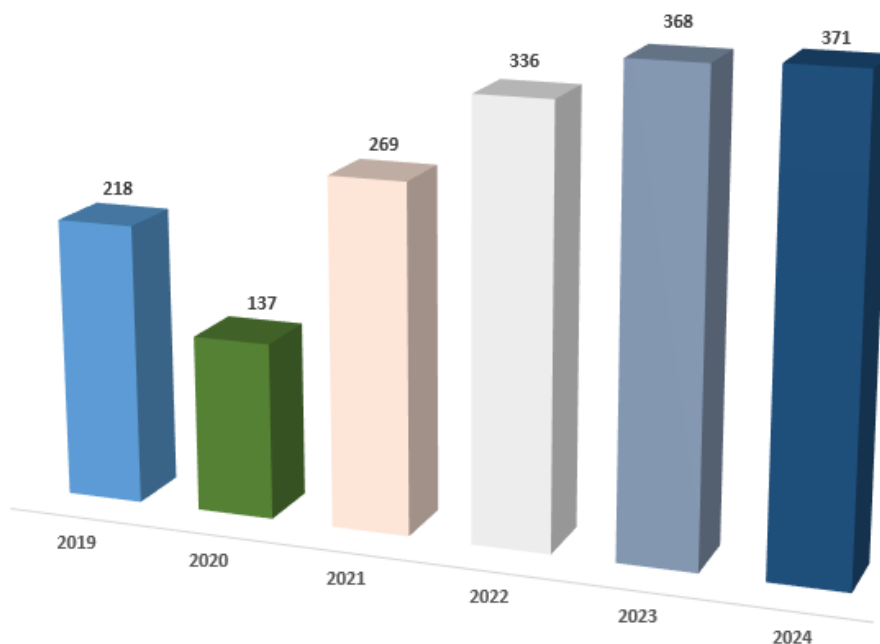
Número que, somados aos **200** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **1.899** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 6** – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Abuso de poder

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>218</b>
2020	<b>137</b>
2021	<b>269</b>
2022	<b>336</b>
2023	<b>368</b>
2024	<b>371</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.899</b>



Gráfico 18 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Abuso de poder

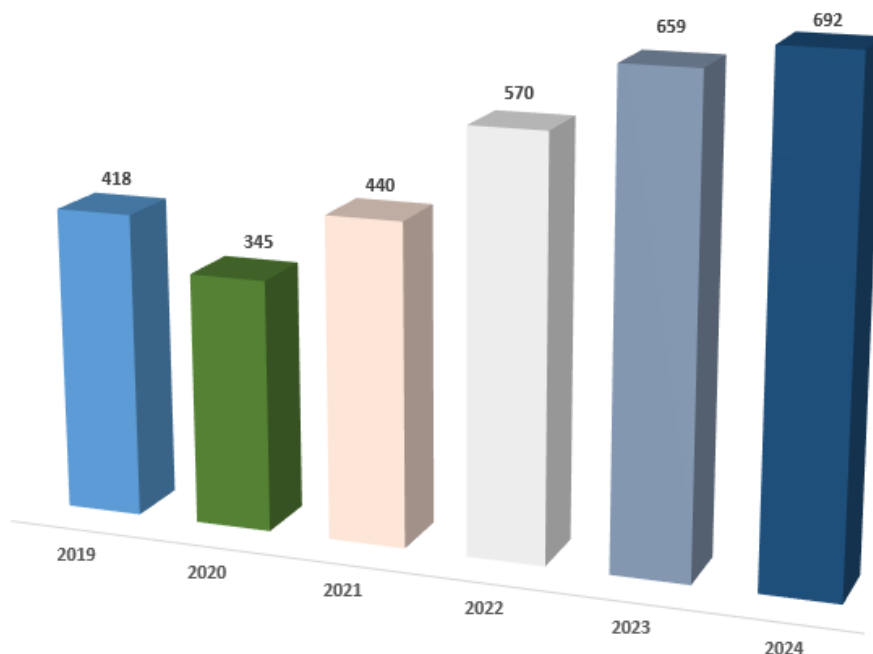


Quadro 7 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Abuso de poder

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	418	2022	570
2020	345	2023	659
2021	440	2024	692



Gráfico 19 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Abuso de poder



Situando-se a média anual de inquéritos movimentados no sexénio em análise em **521** inquéritos, verifica-se que tal média se mostra ultrapassada desde o ano de 2022, numa tendência de aumento sequencial do número de inquéritos movimentados.

Foram concluídos **1.545** inquéritos, o que representa **81,4%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **90,9%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **354** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui um acréscimo de **77%** face aos **200** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 8 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
200	1699	1899	27	970	3	545	1545	354



Foi deduzida acusação em 27 inquéritos – 3 em tribunal coletivo, 23 em tribunal singular – das quais 7 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal –, e 1 em processo sumaríssimo.

O instituto de suspensão provisória do processo aplicou-se em 4 casos, dos quais 3 findaram por arquivamento durante o período temporal em análise.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em 30 inquéritos.

O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em 1,6% relativamente aos inquéritos movimentados, 1,8% por referência aos entrados e 1,9% relativamente aos findos.

Quadro 9 - Exercício da ação penal [Inquéritos findos com indicição]

Inquéritos findos com indicição							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicição em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º -3 CPP	Outros					
3	7	16	0	1	27	3	30

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de 970, tendo findado 371 inquéritos por outros motivos.

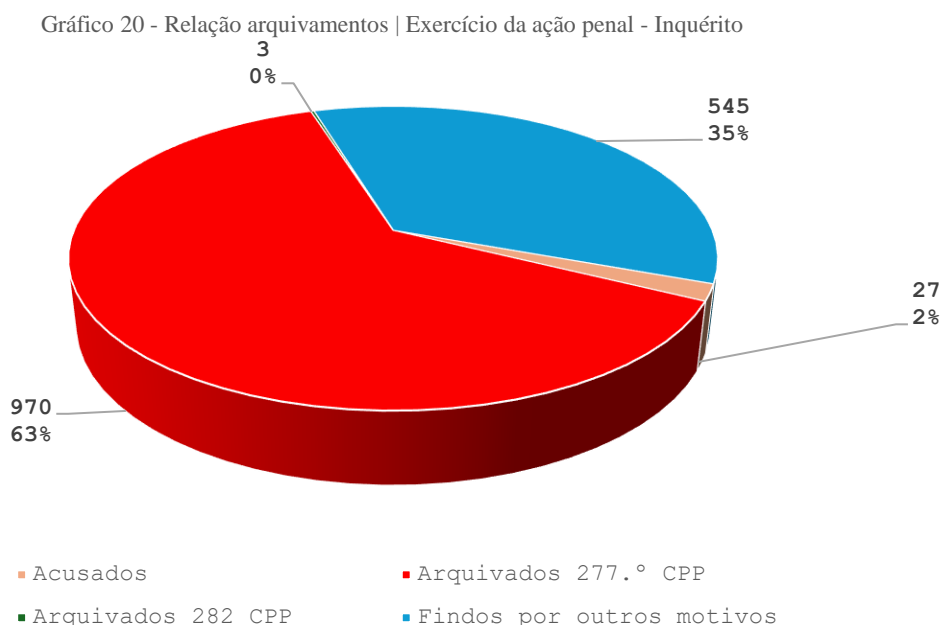




Gráfico 21 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

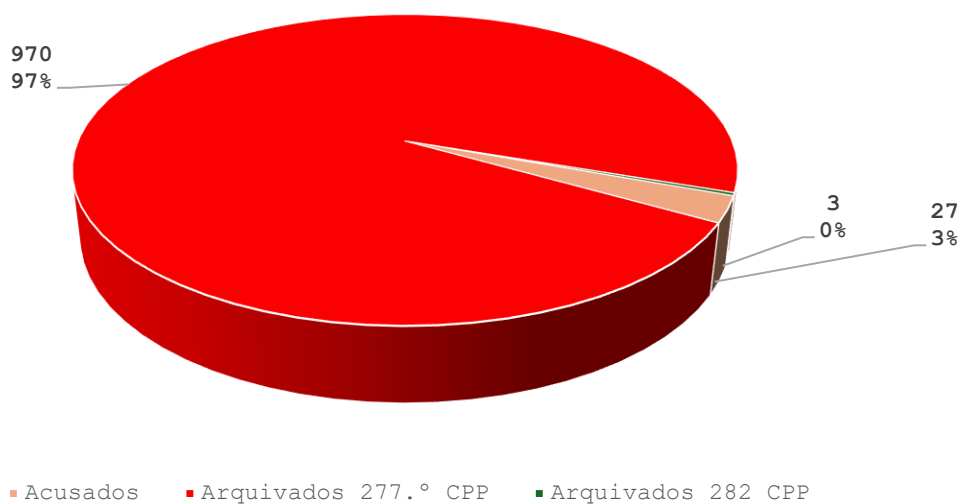
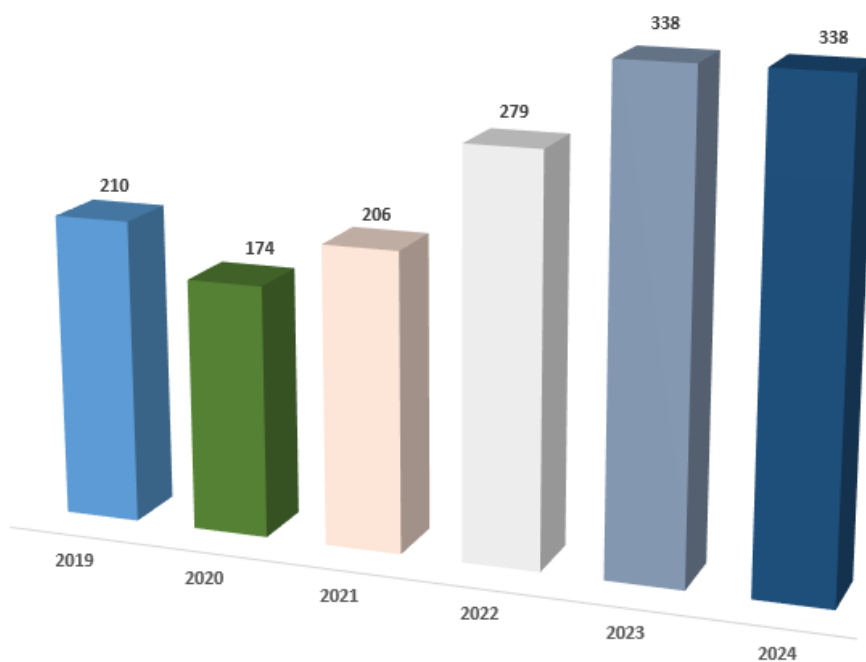


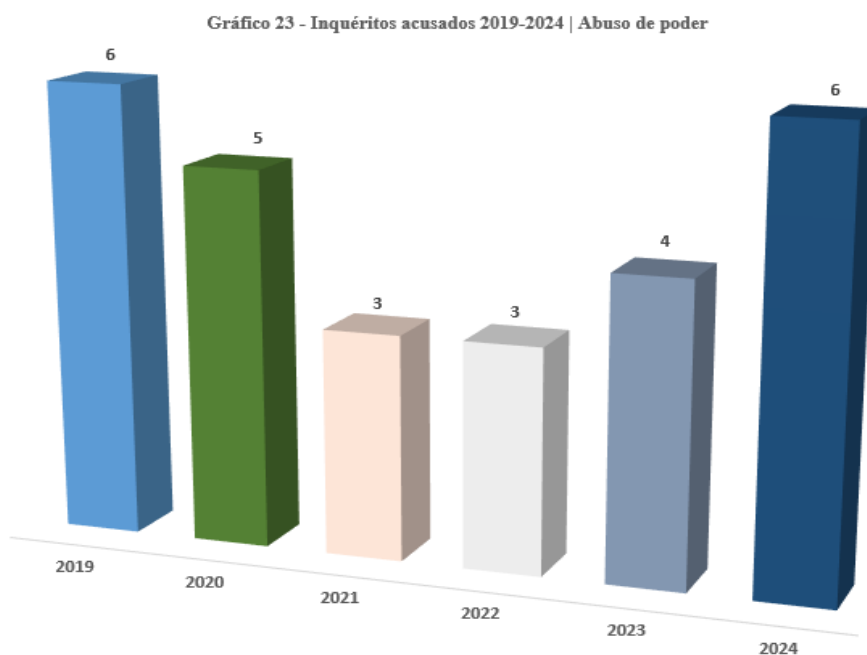
Gráfico 22 - Inquéritos findos 2019-2024 | Abuso de poder



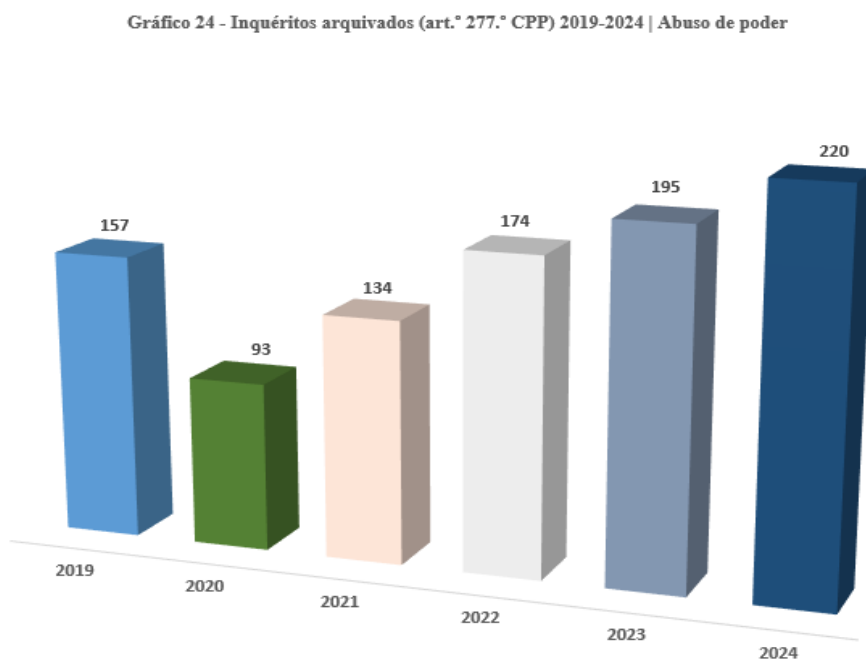


## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **27** acusações pelo ilícito de abuso de poder na Região Judicial de Lisboa.



Foram arquivados **970** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

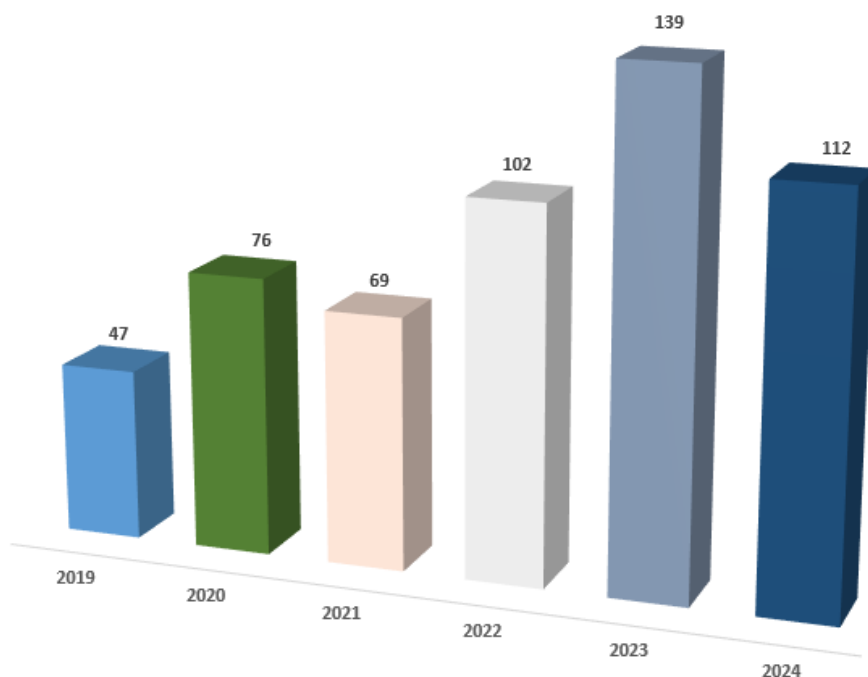




Foram ainda arquivados **3** inquéritos na sequência do cumprimento de injunções em inquéritos nos quais foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal) - **1** em 2020, **1** em 2021 e **1** em 2022.

Por fim, findaram **545** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 25 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Abuso de poder



### **3. FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS**

A ação penal foi exercida com a utilização das seguintes formas de processo especial e institutos de consenso:

Quadro 10 – Formas de processo especial e institutos de consenso – Abuso de poder - 01.01.2019 e 31.12.2024

Abreviado	0
Sumaríssimo	1
Arquivamento na decorrência de suspensão provisória do processo	3
TOTAL	4



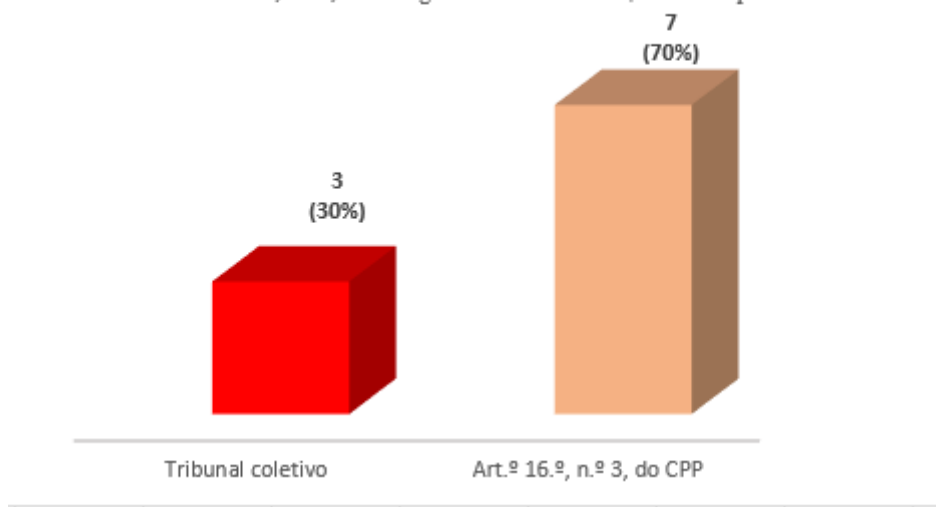
O que nos permite concluir que as formas de processo especial e de institutos de consenso foram utilizadas em **0,3%** da totalidade dos inquéritos findos e em **13,3%** da totalidade dos inquéritos em que foi exercida a ação penal.

No que tange ao instituto da suspensão provisória do processo, no período temporal em análise, cumpre salientar a sua aplicação em **4** inquéritos, tendo **3** findado por arquivamento após cumprimento de injunções (ficando 1 pendente para o ano de 2025), verificando-se que a aplicação do instituto da suspensão provisória teve uma taxa de sucesso de **100%**.

#### **4. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal**

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em **7** casos, o que representa **26,9%** do total de processos acusados em processo comum (26) e **70%** da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (10).

Gráfico 26 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal | Abuso de poder

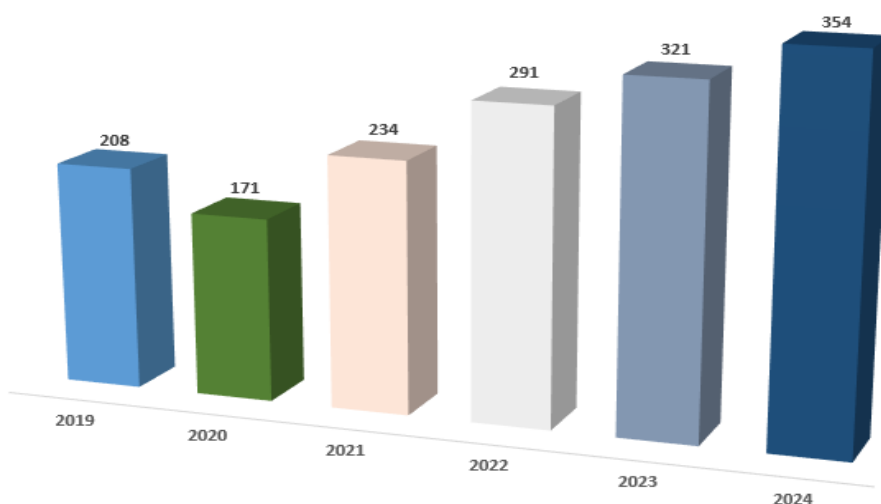




## 5. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

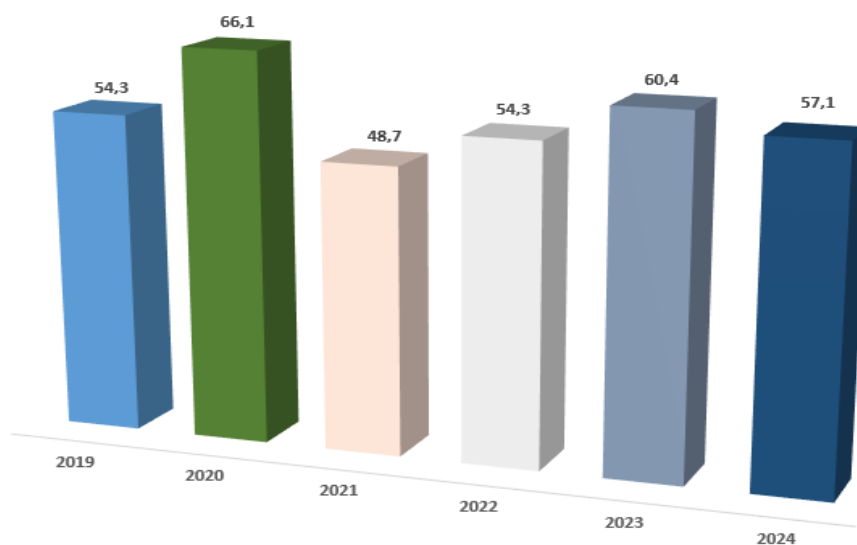
Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 200 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de abuso de poder; em 31.12.2024, esse número era de 354, num crescimento de 77% da pendência em 6 anos.

Gráfico 27 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Abuso de poder



Igualmente existiram oscilações percentuais, de sentido irregular, do número de inquéritos de abuso de poder com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio.

Gráfico 28 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Abuso de poder





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **ADMINISTRAÇÃO DANOSA**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **59** novos inquéritos relativos à prática de ilícito penal de administração danosa na área da Região Judicial de Lisboa.

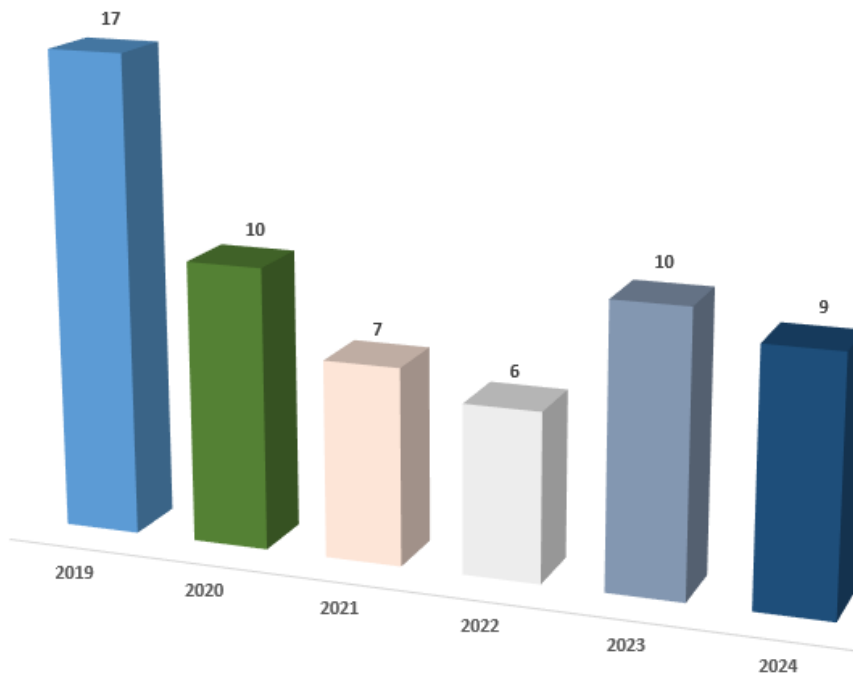
Número que, somados aos **13** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **72** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 11** – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Administração danosa

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>17</b>
2020	<b>10</b>
2021	<b>7</b>
2022	<b>6</b>
2023	<b>10</b>
2024	<b>9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>



Gráfico 29 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Administração danosa

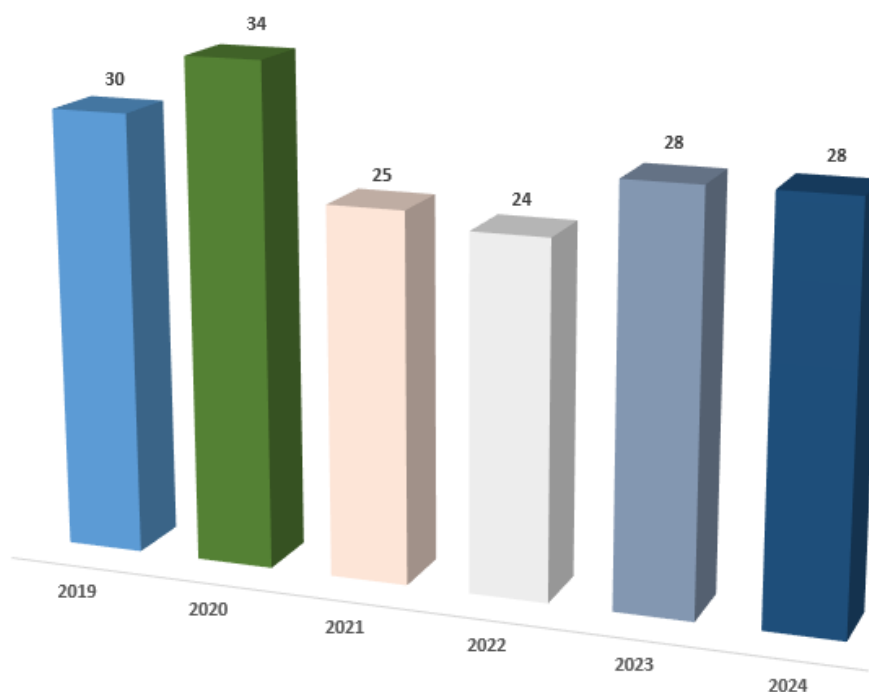


Quadro 12 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Administração danosa

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	30	2022	24
2020	34	2023	28
2021	25	2024	28



Gráfico 30 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Administração danosa



Situando-se a média anual de inquéritos movimentados no sexénio em análise em **28** inquéritos, verifica-se que tal média não se mostra ultrapassada desde o ano de 2021.

Foram concluídos **51** inquéritos, o que representa **70,8%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **86,4%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **21** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui um acréscimo de **61,5%** face aos **13** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 13 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
13	59	72	0	31	0	20	51	21

Não foi deduzida qualquer acusação, nem aplicado o instituto da suspensão provisória do processo em qualquer inquérito.

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **31**, tendo findado **20** inquéritos por outros motivos.



Gráfico 31 - Relação arquivamentos | Findos por outros motivos - Inquérito

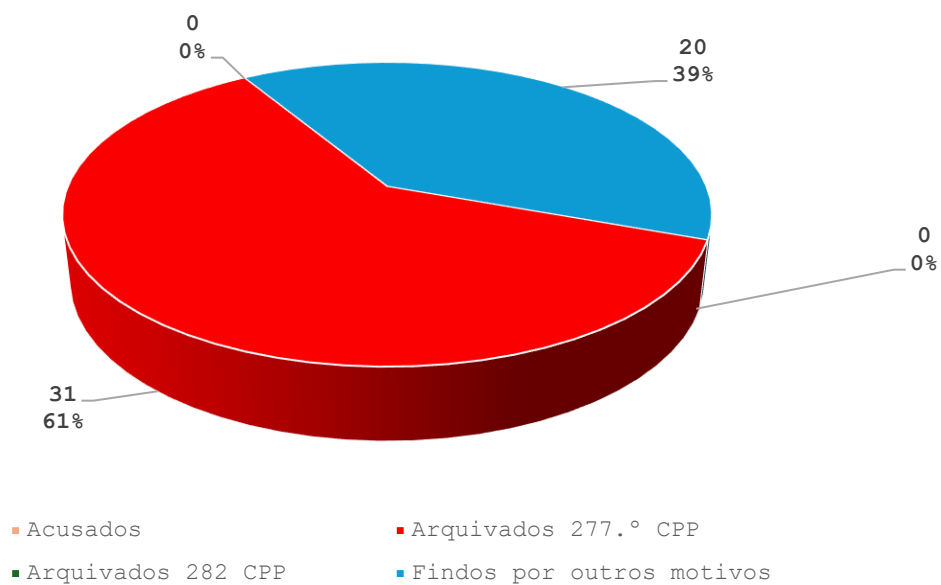
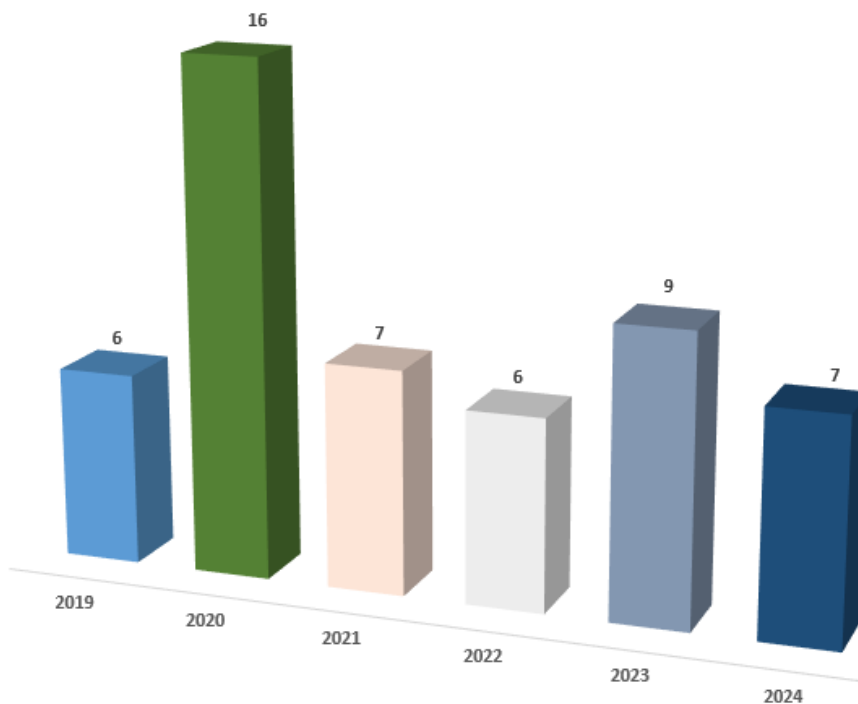


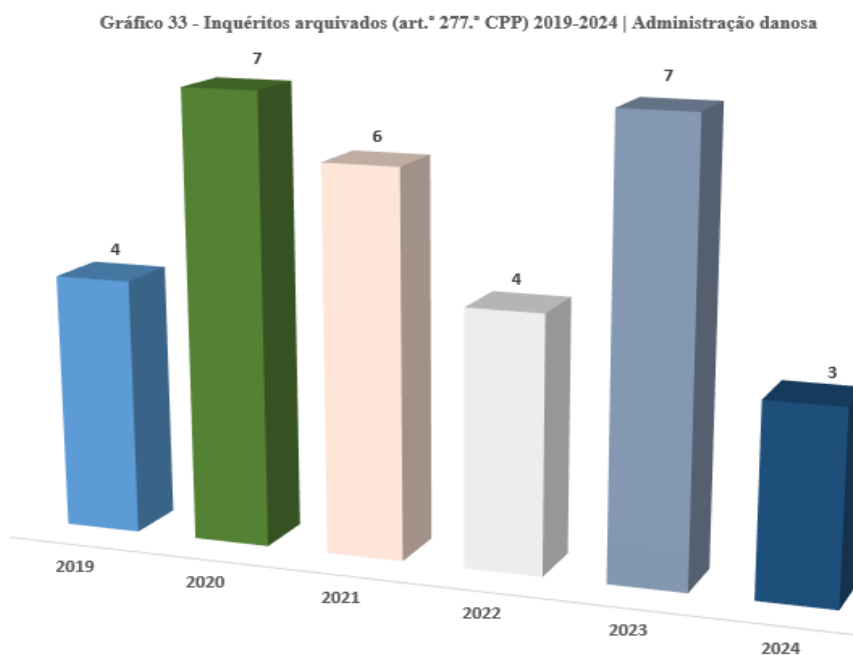
Gráfico 32 - Inquéritos findos 2019-2024 | Administração danosa



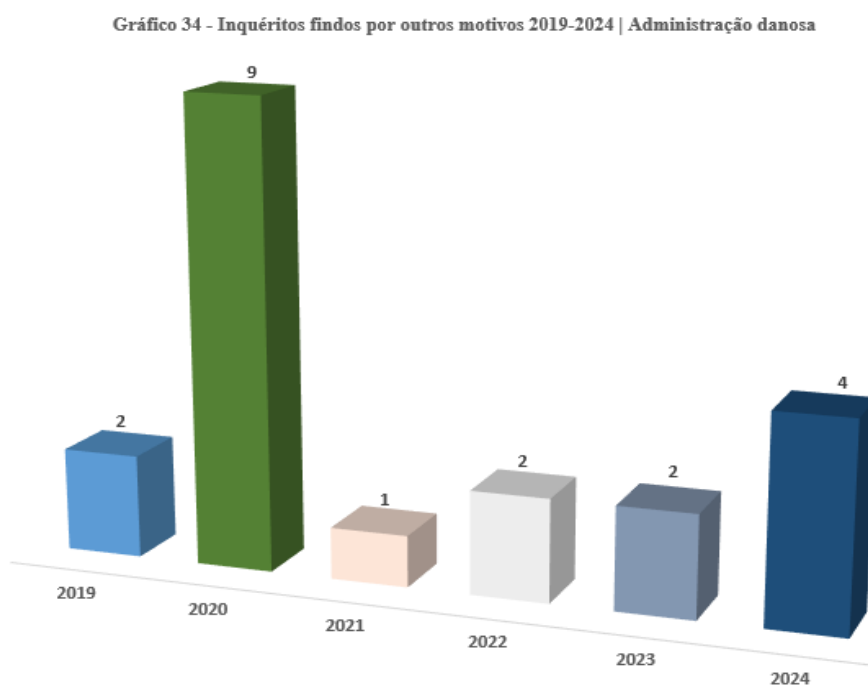


## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

Como já vimos, no período temporal em análise foram arquivados **31** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.



Por fim, findaram **545** inquéritos por outros motivos.

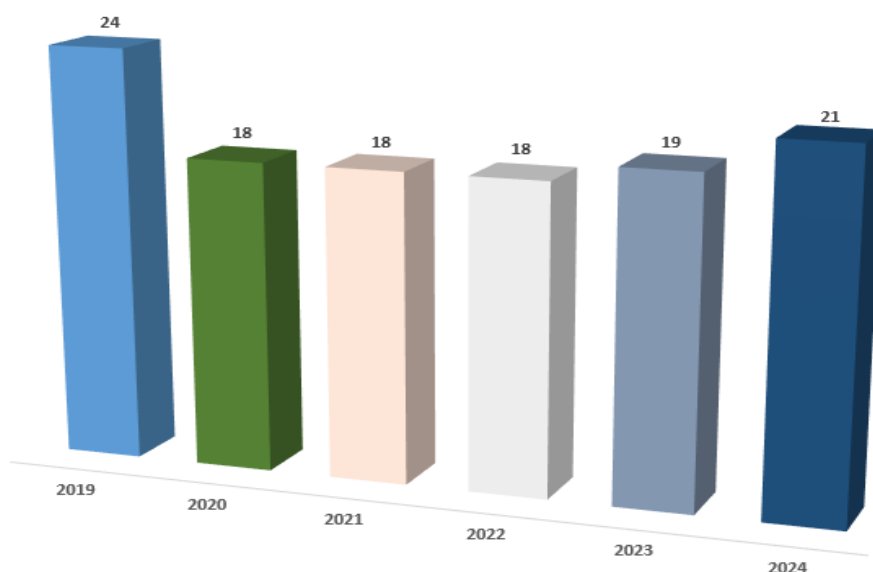




### 3. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

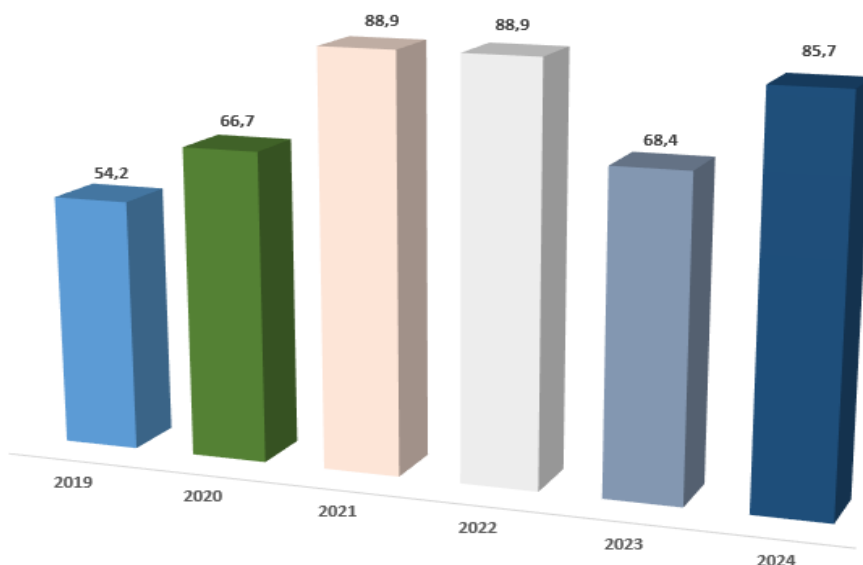
Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 13 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de administração danosa; em 31.12.2024, esse número era de 21, num crescimento de 61,5% da pendência em 6 anos.

Gráfico 35 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Administração danosa



Igualmente existiram oscilações percentuais, de sentido irregular, do número de inquéritos de abuso de poder com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio.

Gráfico 36 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Administração danosa





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **BRANQUEAMENTO**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **2.583** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de branqueamento na área da Região Judicial de Lisboa.

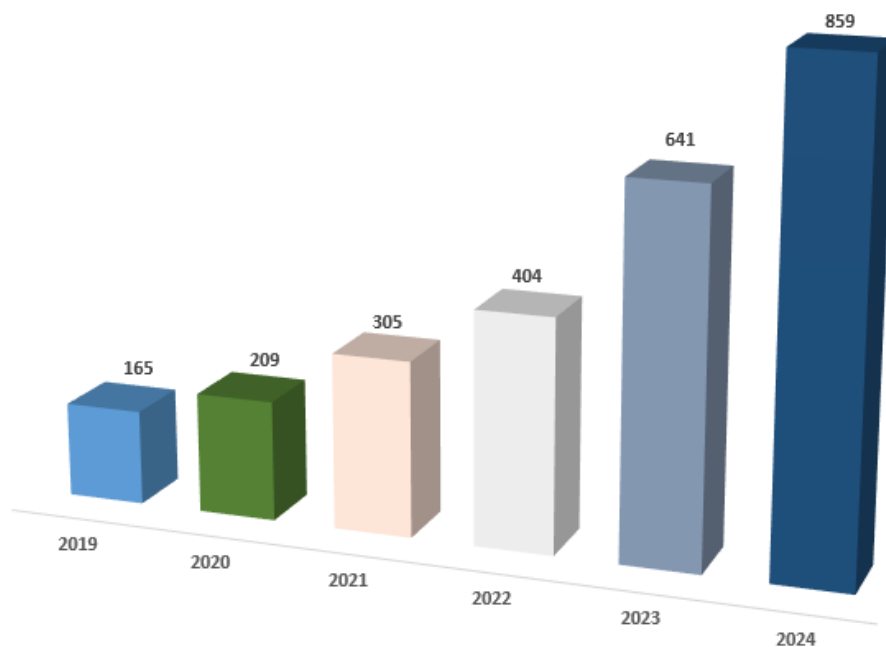
Número que, somados aos **131** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **2.714** inquéritos durante o mesmo período temporal.

Quadro 14 – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Branqueamento

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>165</b>
2020	<b>209</b>
2021	<b>305</b>
2022	<b>404</b>
2023	<b>641</b>
2024	<b>859</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.583</b>



Gráfico 37 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Branqueamento

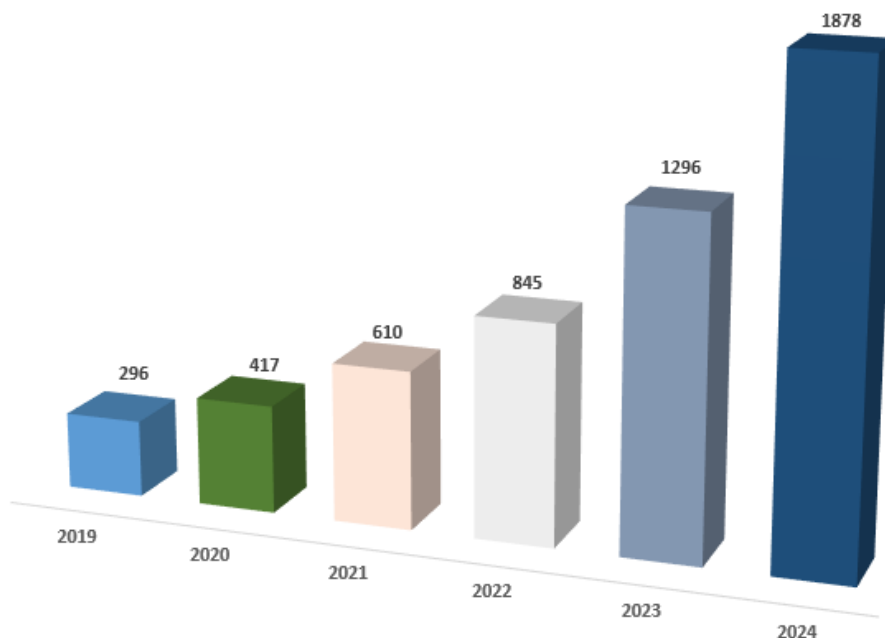


Quadro 15 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Branqueamento

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	296	2022	845
2020	417	2023	1.296
2021	610	2024	1.878



Gráfico 38 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Branqueamento



Verifica-se uma clara tendência de aumento sequencial do número de inquéritos movimentados desde o ano de 2019.

Foram concluídos **1.249** inquéritos, o que representa **46%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **48,4%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **1.465** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui um acréscimo de **1118,3%** face aos **131** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 16 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
131	2.583	2.714	156	451	1	641	1.249	1.465

Foi deduzida acusação em **156** inquéritos – 46 em tribunal coletivo e 110 em tribunal singular – das quais 77 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.



O instituto de suspensão provisória do processo foi aplicado em **1** caso, que findou por arquivamento durante o período temporal em análise.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **157** inquéritos.

O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **5,8%** relativamente aos inquéritos movimentados, **6,1%** por referência aos entrados e **12,6%** relativamente aos findos.

Quadro 17 - Exercício da ação penal | Inquéritos findos com indicição

Inquéritos findos com indicição							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicição em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º -3 CPP	Outros					
46	77	33	0	0	156	1	157

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **451**, tendo findado **641** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 39 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

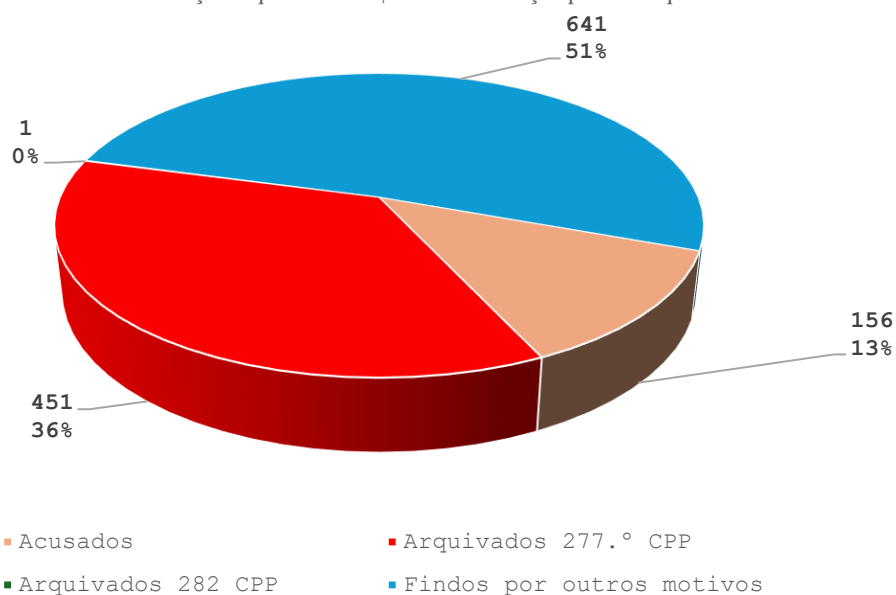




Gráfico 40 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

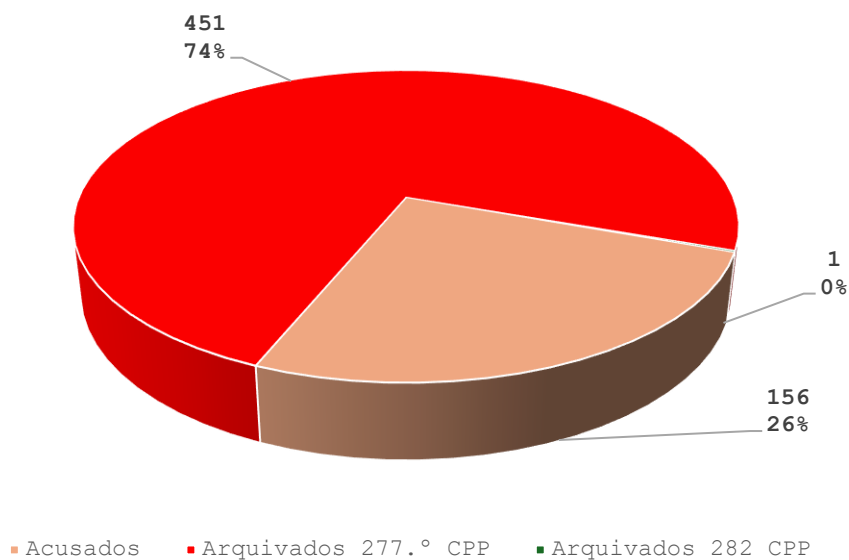
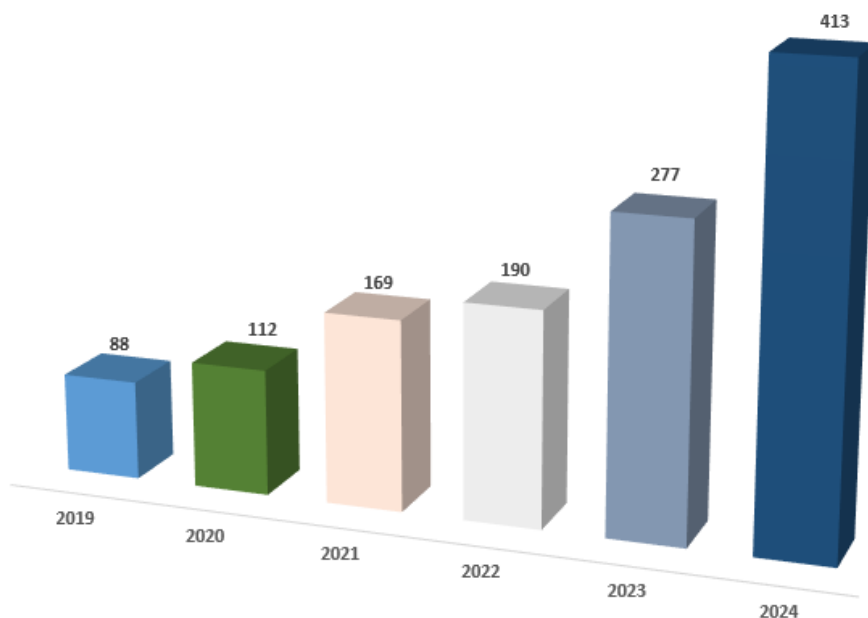


Gráfico 41 - Inquéritos findos 2019-2024 | Branqueamento

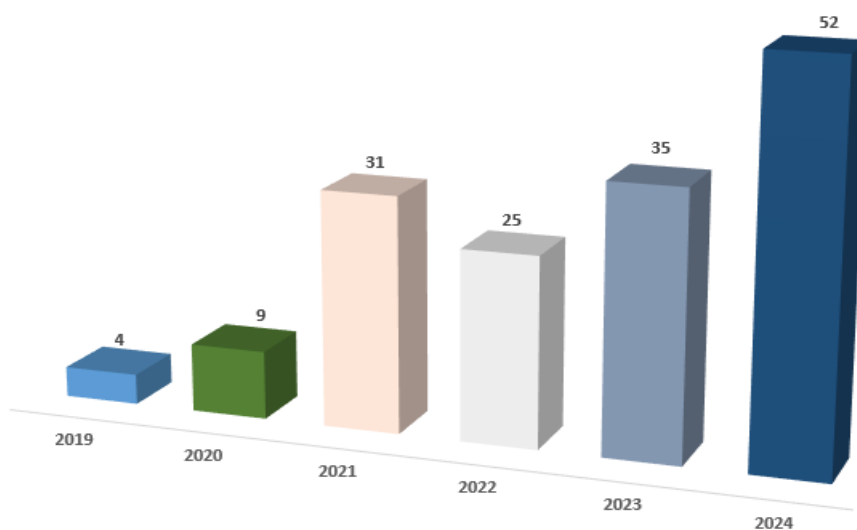




## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

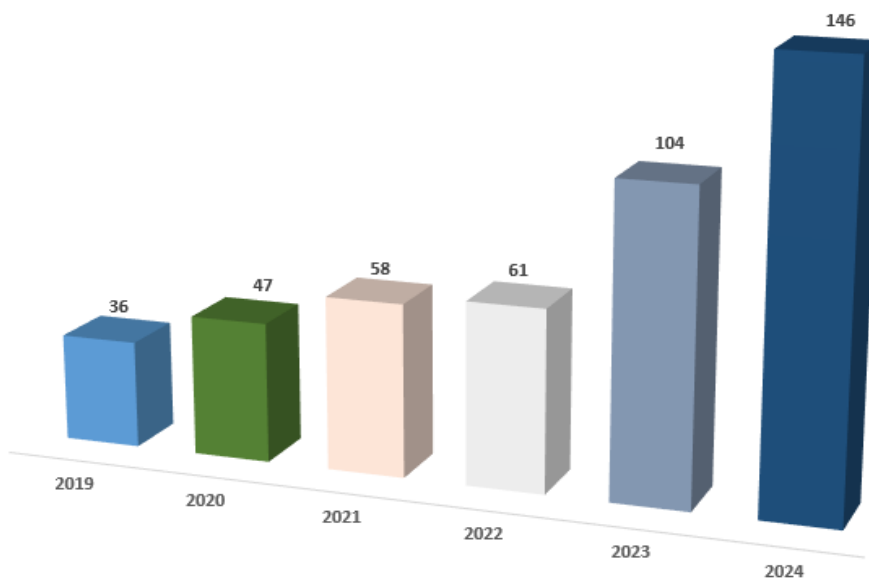
Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **156** acusações pelo ilícito penal de branqueamento na Região Judicial de Lisboa.

Gráfico 42 - Inquéritos acusados 2019-2024 | Branqueamento



Foram arquivados **452** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

Gráfico 43 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Branqueamento

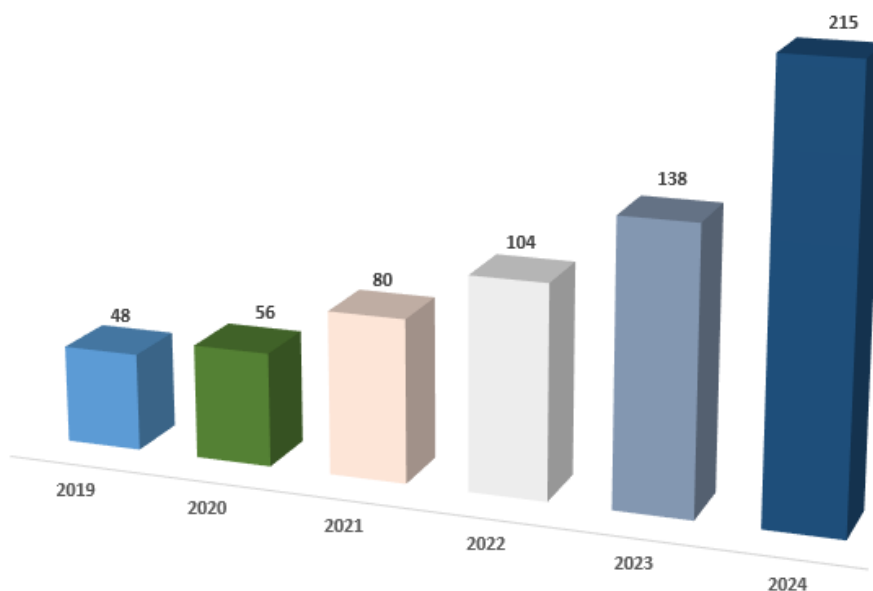




Foi ainda arquivado **1** inquérito, em 2024, na sequência do cumprimento de injunções em inquérito nos quais foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal).

Por fim, findaram **641** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 44 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Branqueamento

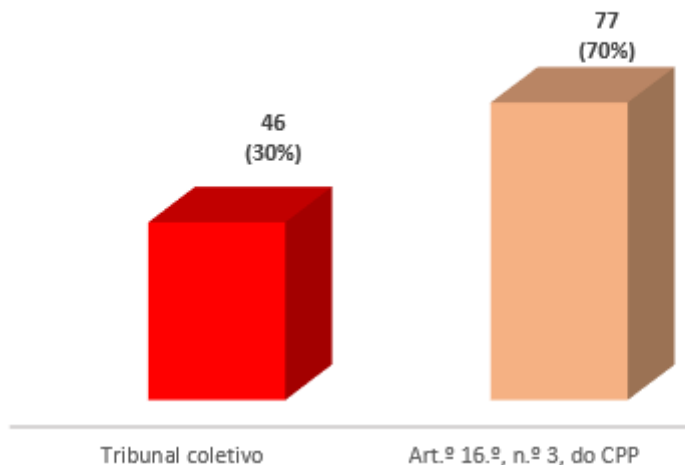


### **3. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal**

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em 77 casos, o que representa **70%** do total de processos acusados em processo comum (110) e **62,6%** da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (123).



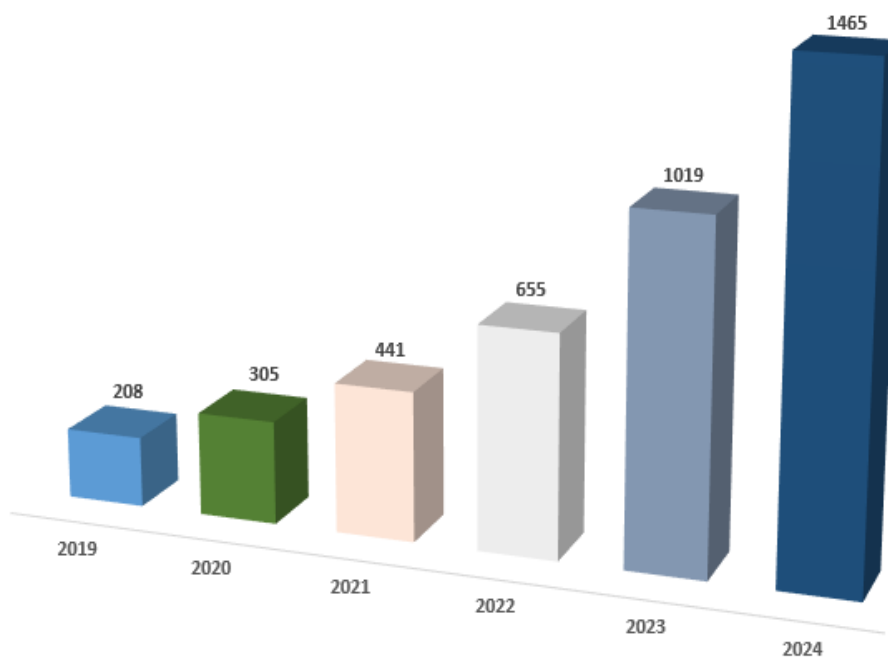
Gráfico 45 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal | Branqueamento



#### 4. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 131 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de branqueamento; em 31.12.2024, esse número era de 1.465, num crescimento de 1.118,3% da pendência em 6 anos.

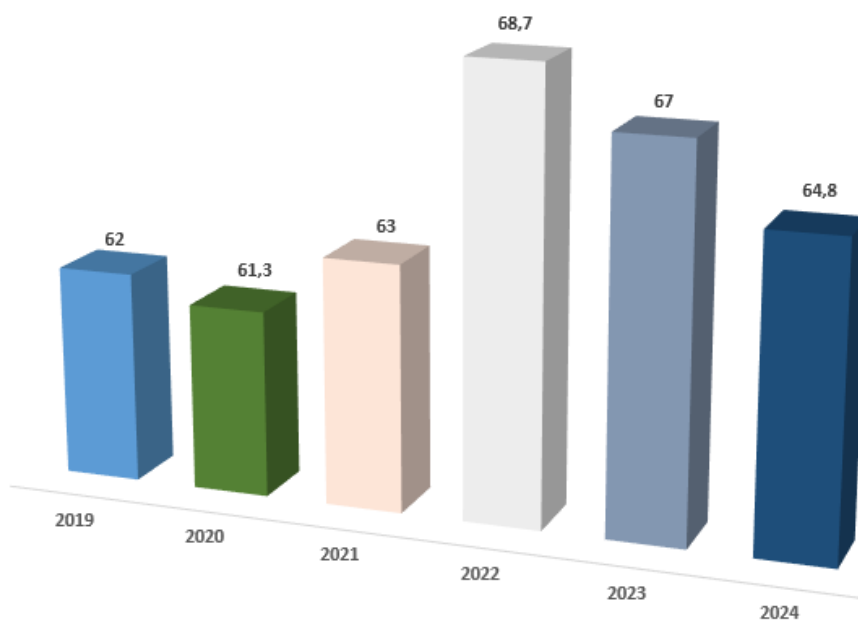
Gráfico 46 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Branqueamento





A percentagem do número de inquéritos de branqueamento com mais de 8 meses de pendência tem se mantido entre os 61% e os 68% ao longo do sexénio.

Gráfico 47 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Branqueamento





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **CORRUPÇÃO**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **1.229** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de corrupção na área da Região Judicial de Lisboa.

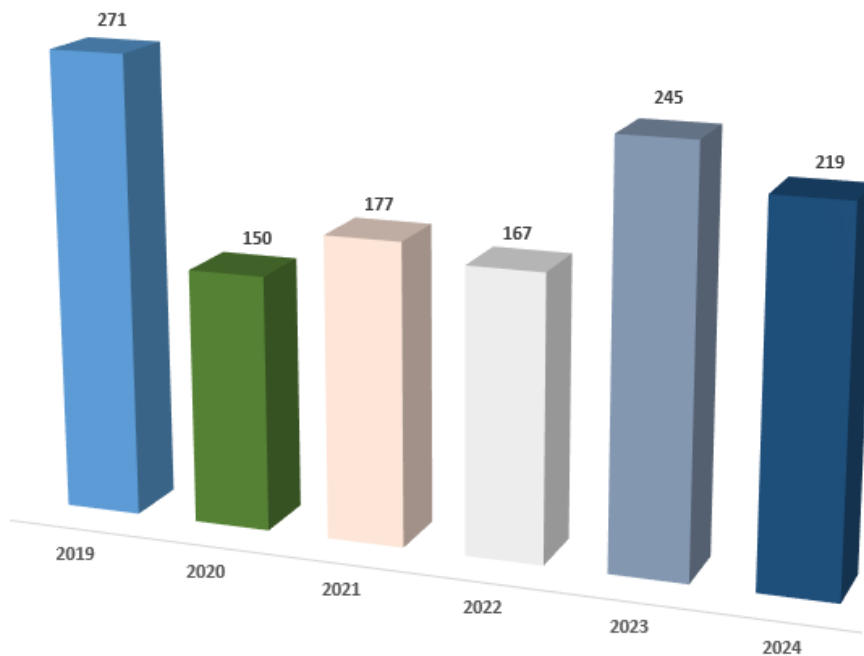
Número que, somados aos **481** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **1.710** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 18** – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Corrupção

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>271</b>
2020	<b>150</b>
2021	<b>177</b>
2022	<b>167</b>
2023	<b>245</b>
2024	<b>219</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.229</b>



Gráfico 48 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Corrupção

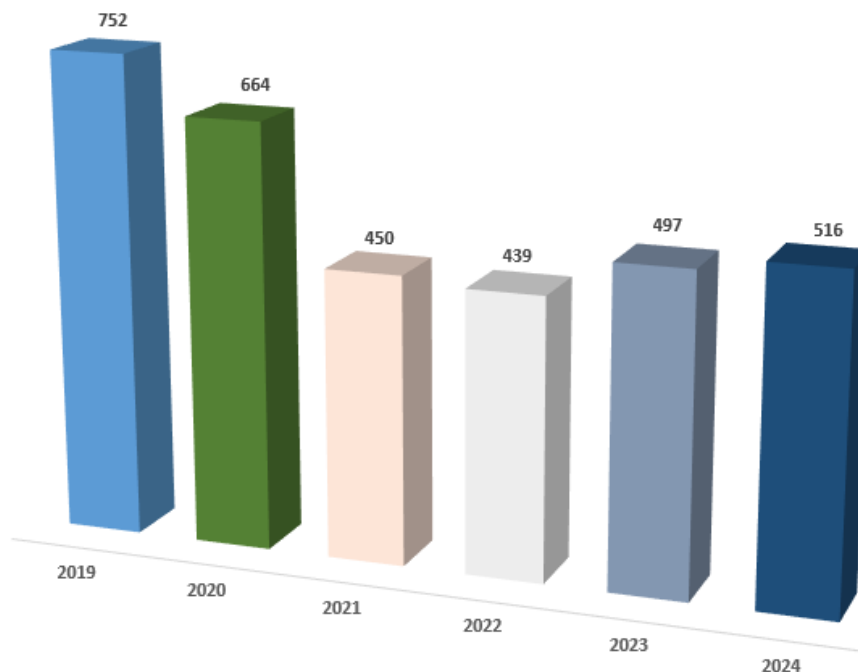


Quadro 19 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Corrupção

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	752	2022	439
2020	664	2023	497
2021	450	2024	516



Gráfico 49 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Corrupção



Situando-se a média anual de inquéritos movimentados no sexénio em análise em **553** inquéritos, verifica-se que tal média não é ultrapassada desde o ano de 2020.

Foram concluídos **1.397** inquéritos, o que representa **81,7%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **113,7%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **313** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui uma diminuição de **34,9%** face aos **481** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 20 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
481	1229	1710	72	771	4	550	1397	313



Foi deduzida acusação em **72** inquéritos – 33 em tribunal coletivo, 37 em tribunal singular – das quais 25 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal –, e 2 em processo abreviado.

O instituto de suspensão provisória do processo aplicou-se em 7 casos, dos quais **4** findaram por arquivamento durante o período temporal em análise.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **76** inquéritos.

O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **4,4%** relativamente aos inquéritos movimentados, **6,2%** por referência aos entrados e **5,4%** relativamente aos findos.

Quadro 21 - Exercício da ação penal (Inquéritos findos com indicição)

Inquéritos findos com indicição							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicição em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º -3 CPP	Outros					
33	25	12	2	0	72	4	76

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **771**, tendo findado **550** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 50 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

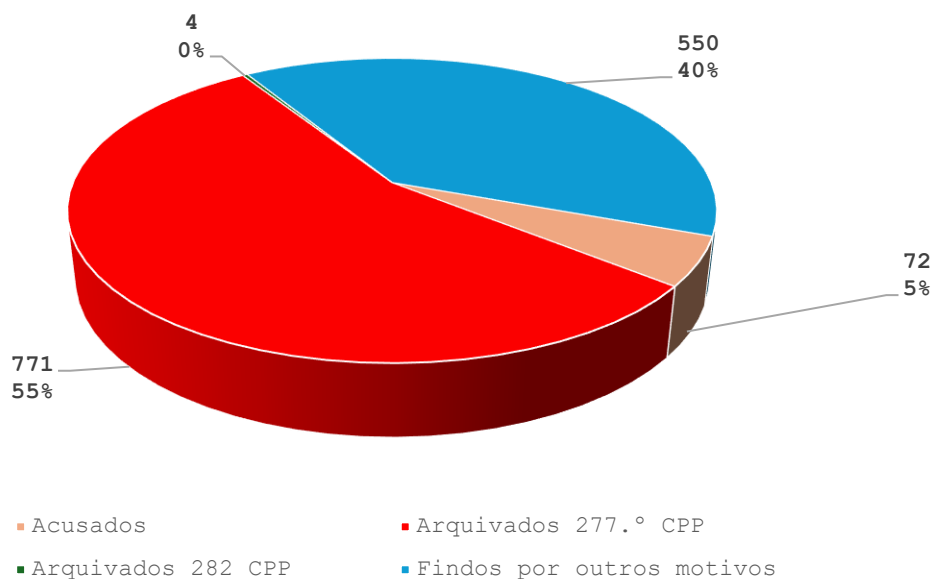




Gráfico 51 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

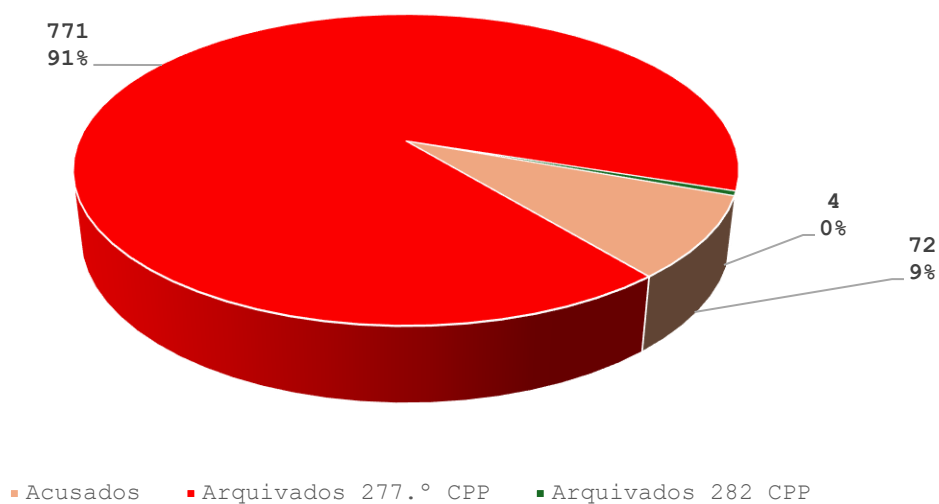
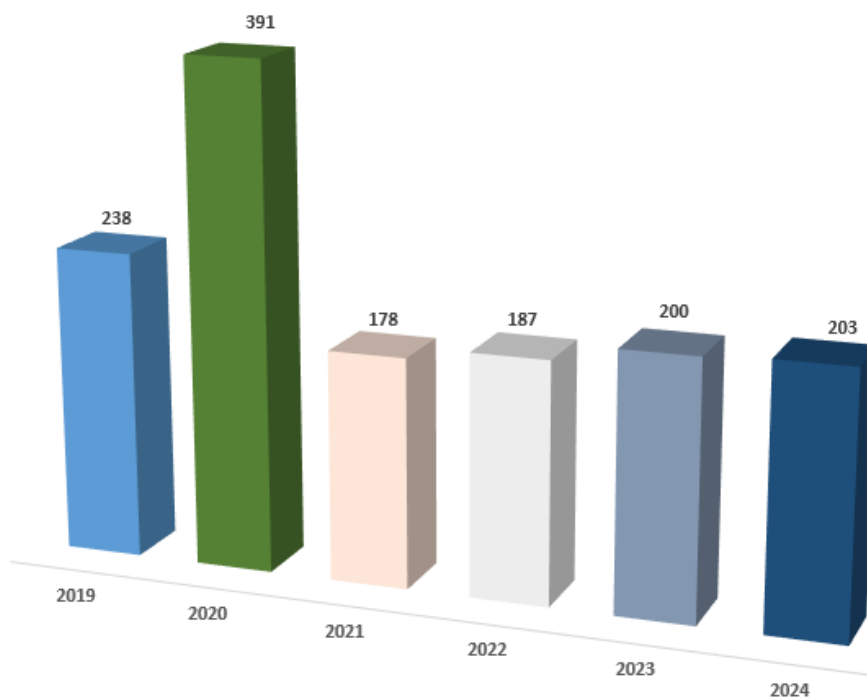


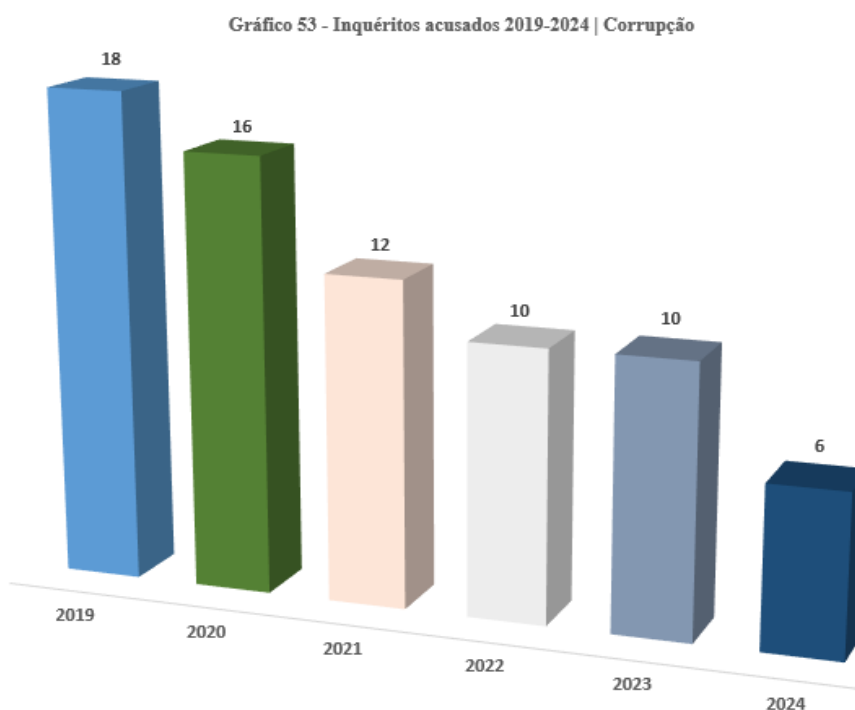
Gráfico 52 - Inquéritos findos 2019-2024 | Corrupção



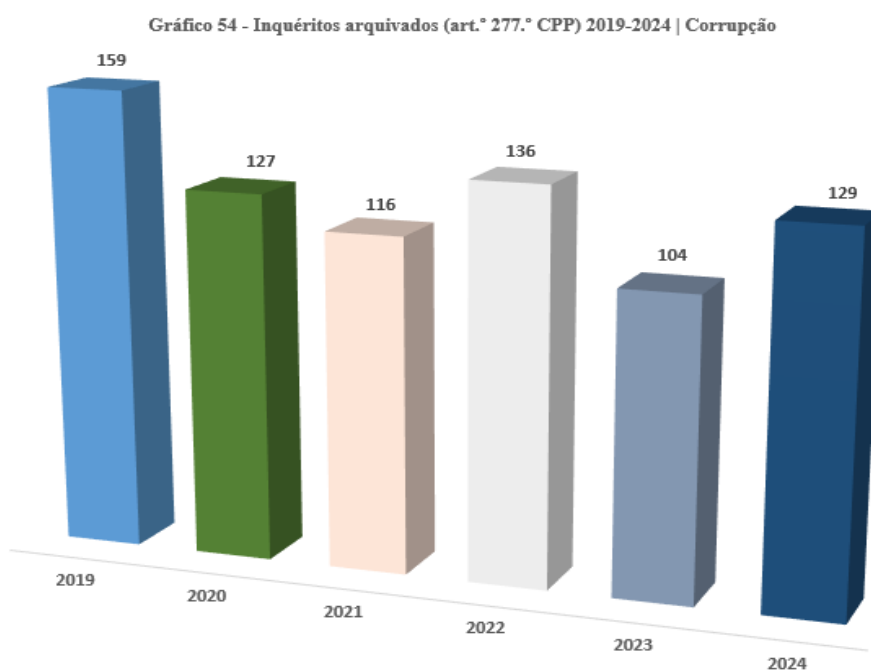


## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **72** acusações pelo ilícito de corrupção na Região Judicial de Lisboa.



Foram arquivados **771** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

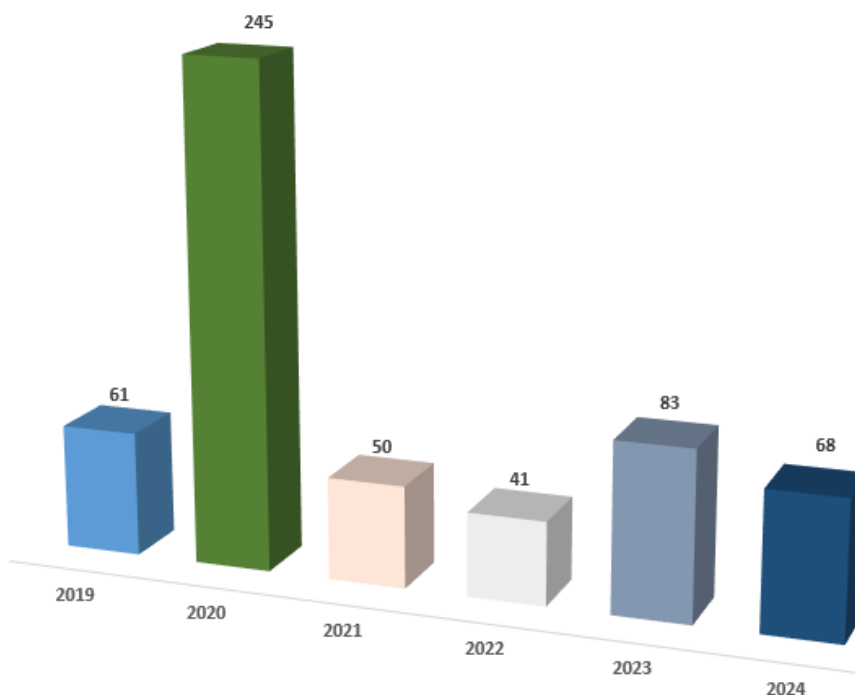




Foram ainda arquivados **4** inquéritos na sequência do cumprimento de injunções em inquéritos nos quais foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal) - **1** em 2020 e **3** em 2023.

Por fim, findaram **550** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 55 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Corrupção



### 3. FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS

A ação penal foi exercida com a utilização das seguintes formas de processo especial e institutos de consenso:

Quadro 22 – Formas de processo especial e institutos de consenso – Corrupção - 01.01.2019 e 31.12.2024

Abreviado	2
Sumaríssimo	0
Arquivamento na decorrência de suspensão provisória do processo	4
TOTAL	6



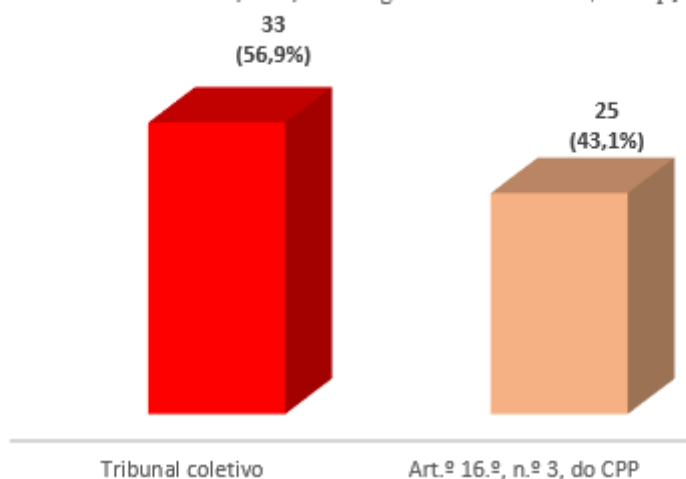
O que nos permite concluir que as formas de processo especial e de institutos de consenso foram utilizadas em **0,3%** da totalidade dos inquéritos findos e em **5,3%** da totalidade dos inquéritos em que foi exercida a ação penal.

No que tange ao instituto da suspensão provisória do processo, no período temporal em análise, cumpre salientar a sua aplicação em **7** inquéritos, tendo **4** findado por arquivamento após cumprimento de injunções, **2** por acusação e **1** por outros motivos, verificando-se que a aplicação do instituto da suspensão provisória teve uma taxa de sucesso de **57,1%**.

#### **4. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal**

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em **25** casos, o que representa **35,7%** do total de processos acusados em processo comum (70) e **43,1%** da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (58).

Gráfico 56 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal | Corrupção

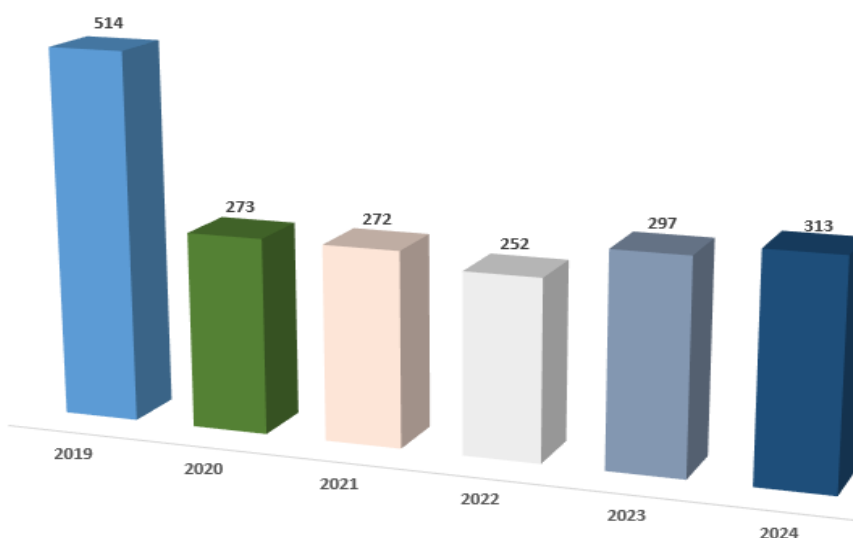




## 5. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

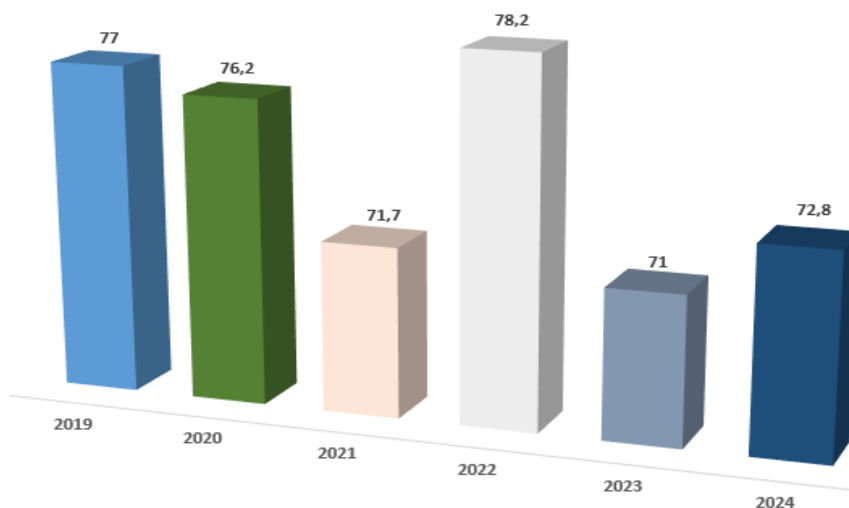
Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 481 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de corrupção; em 31.12.2024, esse número era de 313, num decréscimo de 34,9% da pendência em 6 anos.

Gráfico 57 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Corrupção



Igualmente existiram oscilações percentuais, de sentido irregular, do número de inquéritos de corrupção com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio.

Gráfico 58 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Corrupção





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **PARTICIPAÇÃO ECONÓMICA EM NEGÓCIO**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **277** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de participação económica em negócio na área da Região Judicial de Lisboa.

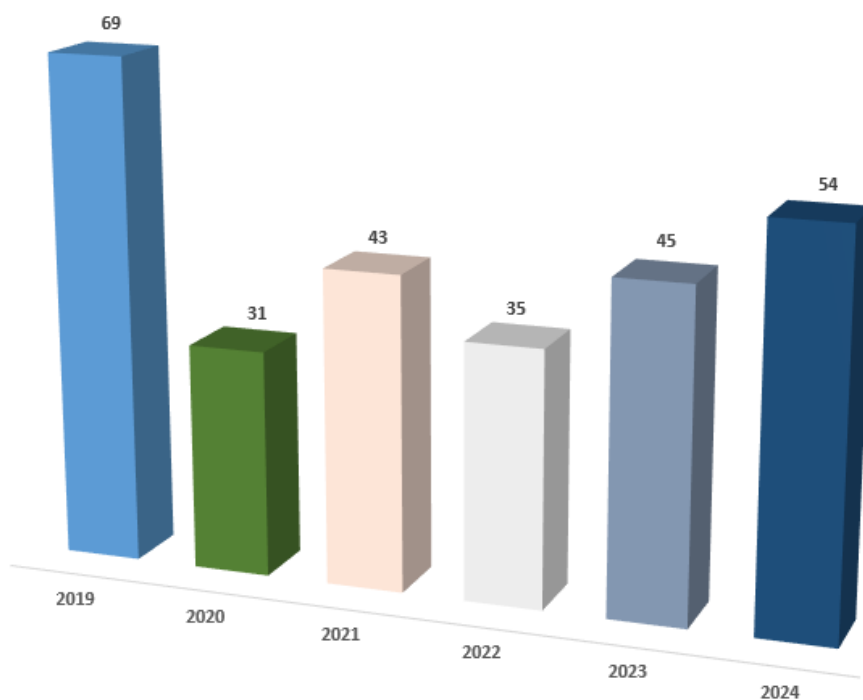
Número que, somados aos **140** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **417** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 23** – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Participação económica em negócio

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>69</b>
2020	<b>31</b>
2021	<b>43</b>
2022	<b>35</b>
2023	<b>45</b>
2024	<b>54</b>
<b>TOTAL</b>	<b>277</b>



Gráfico 59 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Participação económica em negócio

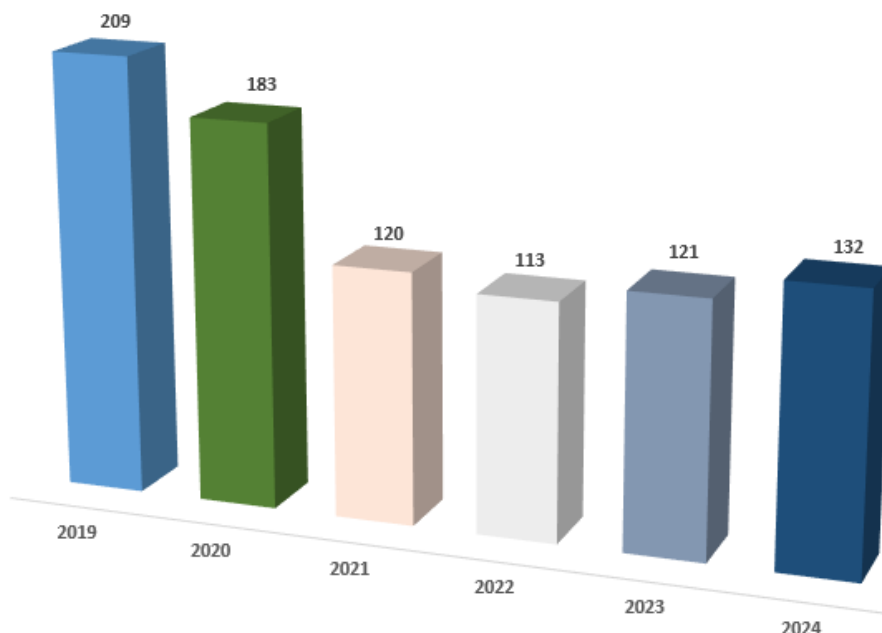


Quadro 24 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Participação económica em negócio

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	209	2022	113
2020	183	2023	121
2021	120	2024	132



Gráfico 60 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Participação económica em negócio



Situando-se a média anual de inquéritos movimentados no sexénio em análise em **146** inquéritos, verifica-se que tal média não é ultrapassada desde o ano de 2021.

Foram concluídos **330** inquéritos, o que representa **79,1%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **235,7%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **87** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui uma diminuição de **37,9%** face aos **140** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 25 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
140	277	417	11	182	0	137	330	87



Foi deduzida acusação em **11** inquéritos – 8 em tribunal coletivo e 3 em tribunal singular – das quais 1 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

Não foi aplicado o instituto de suspensão provisória em qualquer processo.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **11** inquéritos.

O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **2,6%** relativamente aos inquéritos movimentados, **4%** por referência aos entrados e **3,3%** relativamente aos findos.

Quadro 26 - Exercício da ação penal | Inquéritos findos com indicição

Inquéritos findos com indicição							
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados	Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicição em inquérito
	Art.º 16.º-3 CPP	Outros					
8	1	2	0	0	11	0	11

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **182**, tendo findado **137** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 61 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

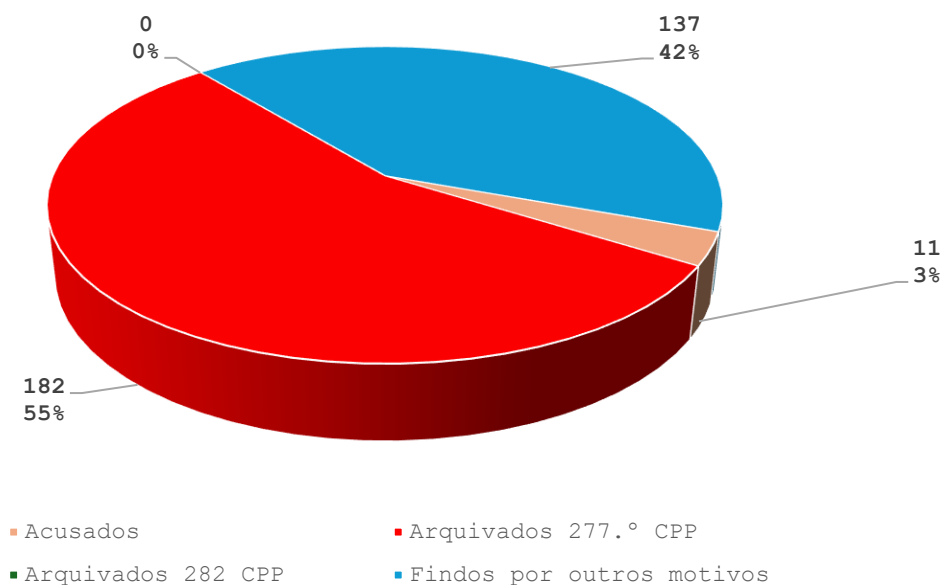




Gráfico 62 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

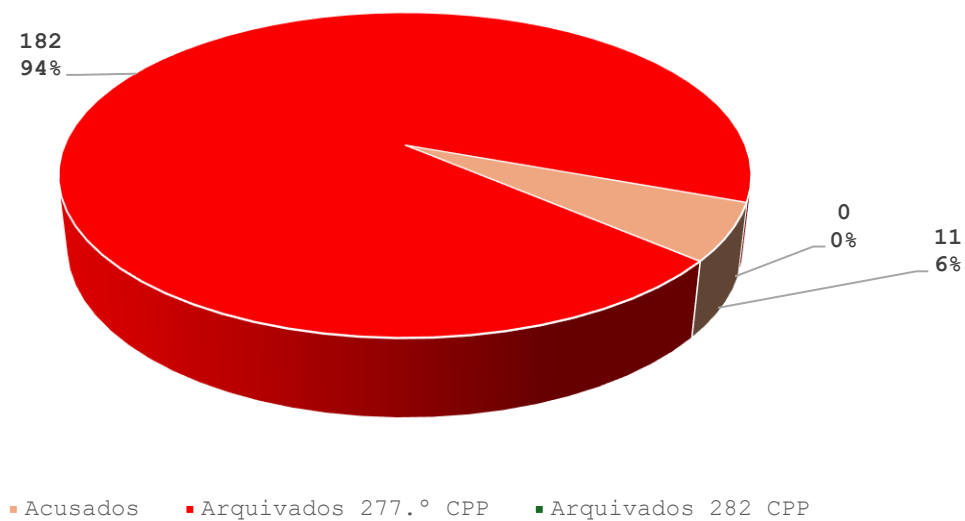
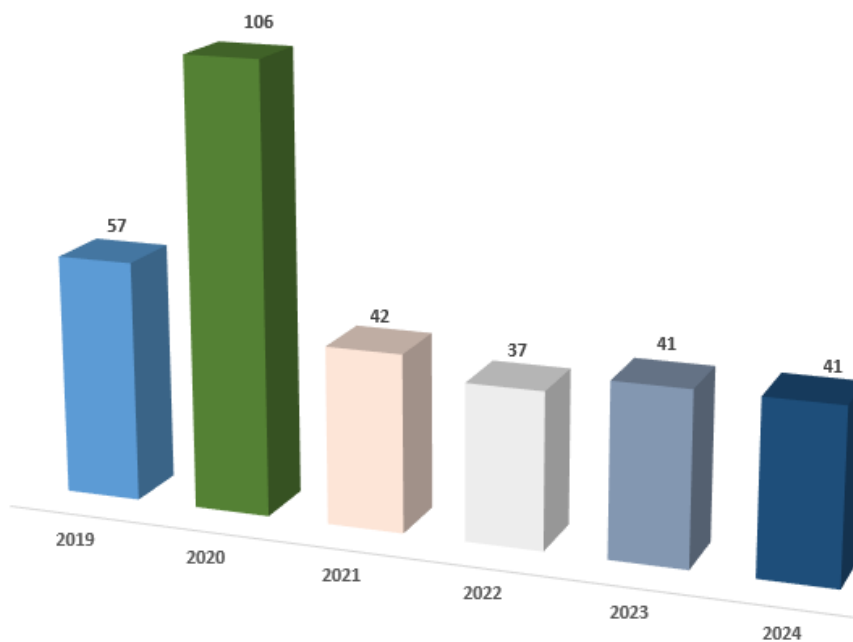


Gráfico 63 - Inquéritos findos 2019-2024 | Participação económica em negócio

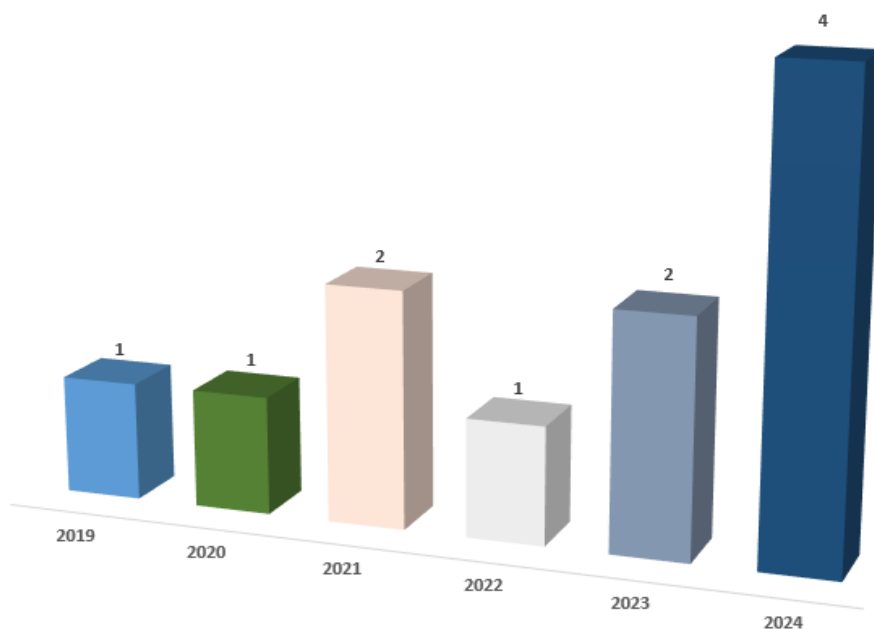




## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

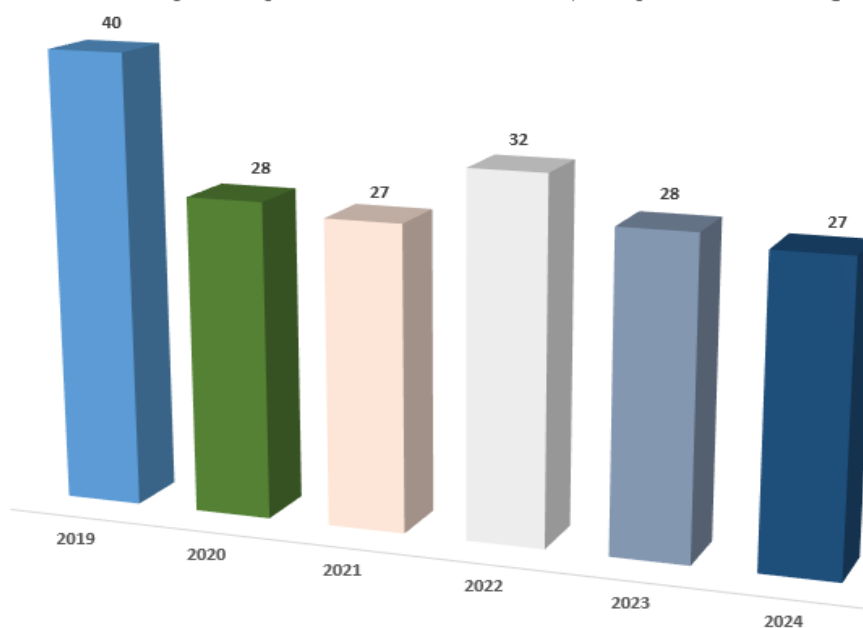
Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **11** acusações pelo ilícito de participação económica em negócio na Região Judicial de Lisboa.

Gráfico 64 - Inquéritos acusados 2019-2024 | Participação económica em negócio



Foram arquivados **182** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

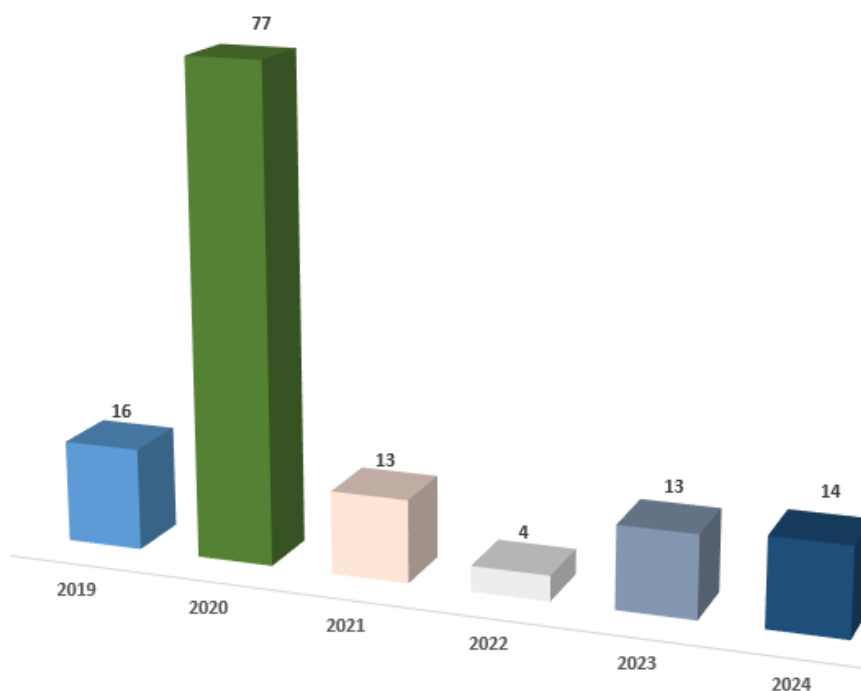
Gráfico 65 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Participação económica em negócio





Por fim, findaram **137** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 66 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Participação económica em negócio

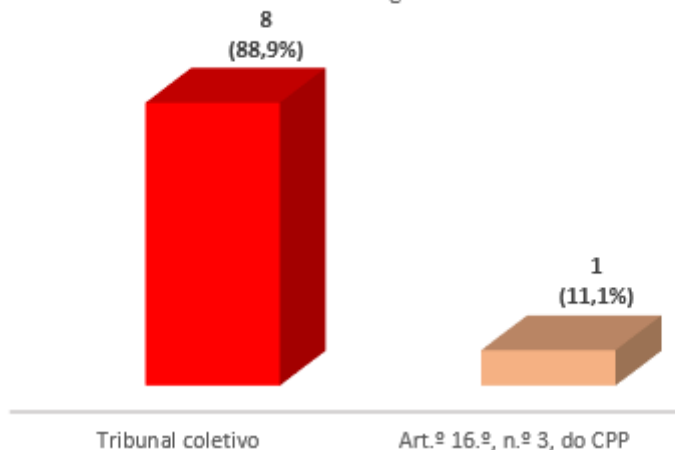


### **3. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal**

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em **1** caso, o que representa **9,1%** do total de processos acusados em processo comum (11) e **11,1%** da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (9).



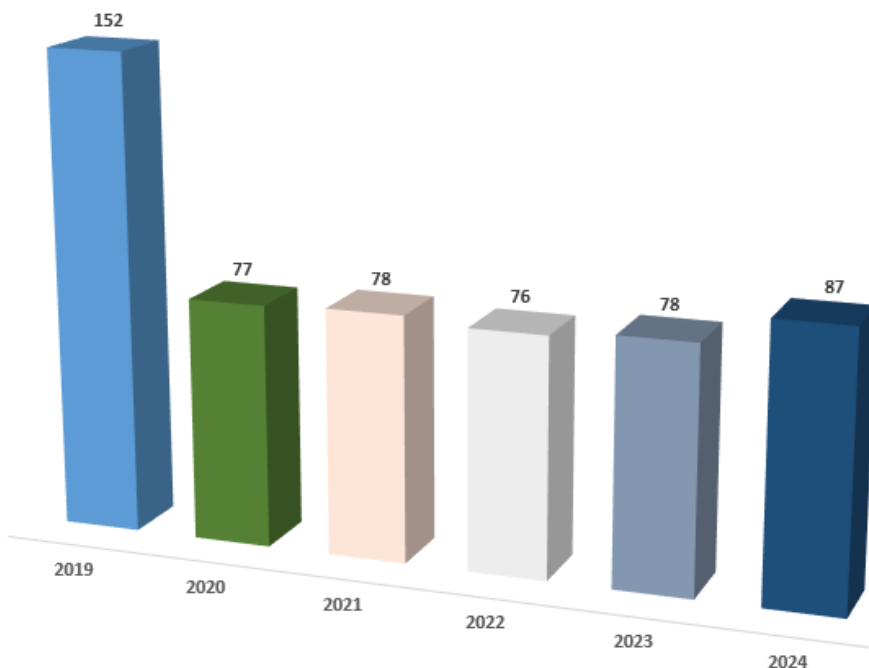
Gráfico 67 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal | Participação económica em negócio



#### 4. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 140 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de participação económica em negócio; em 31.12.2024, esse número era de 87, num decréscimo de 37,9% da pendência em 6 anos.

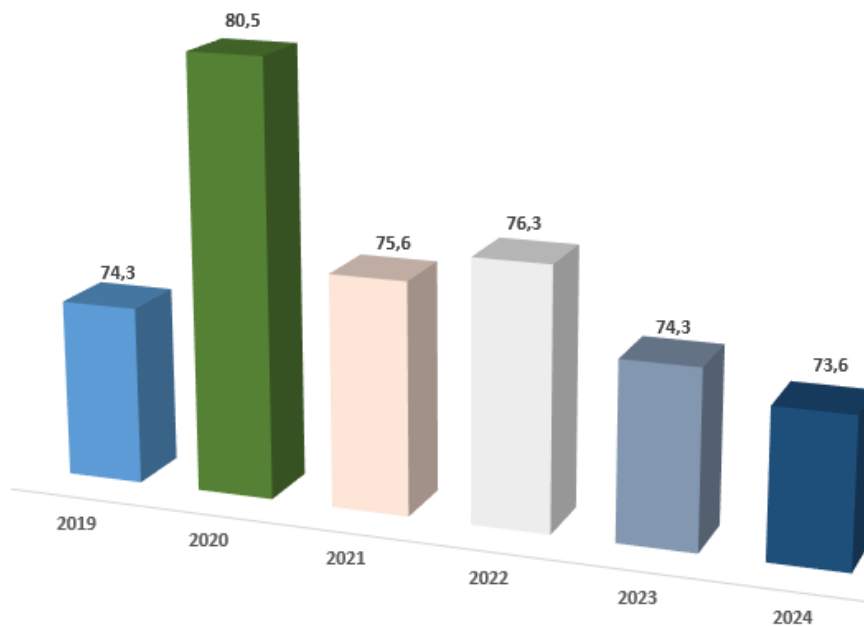
Gráfico 68 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Participação económica em negócio





Tem-se verificado uma ligeira diminuição do número de inquéritos de participação económica em negócio com mais de 8 meses de pendência a partir de 2023.

Gráfico 69 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Participação económica em negócio





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **PECULATO**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **1.059** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de peculato na área da Região Judicial de Lisboa.

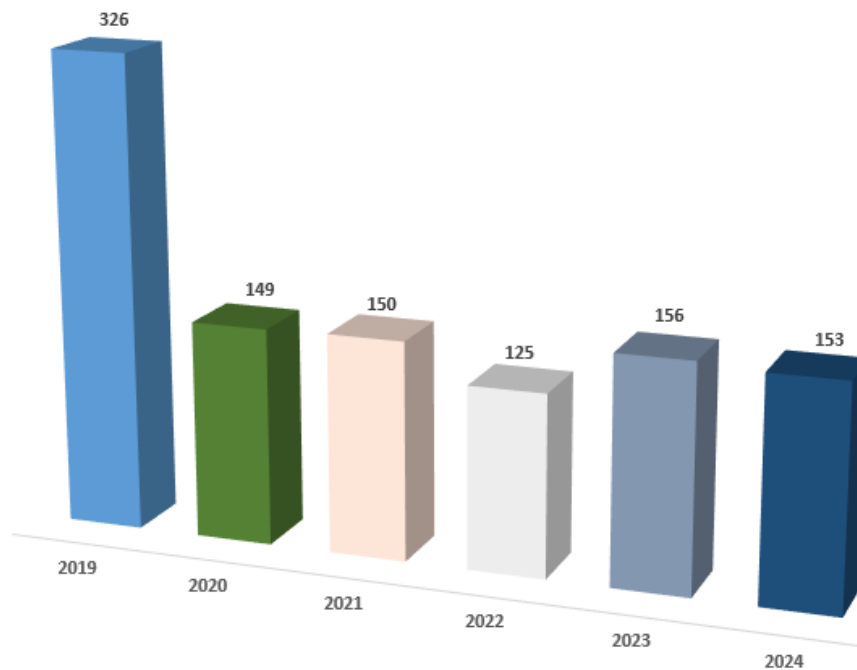
Número que, somados aos **338** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **1.397** inquéritos durante o mesmo período temporal.

Quadro 27 – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Peculato

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>326</b>
2020	<b>149</b>
2021	<b>150</b>
2022	<b>125</b>
2023	<b>156</b>
2024	<b>153</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.059</b>



Gráfico 70 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Peculato

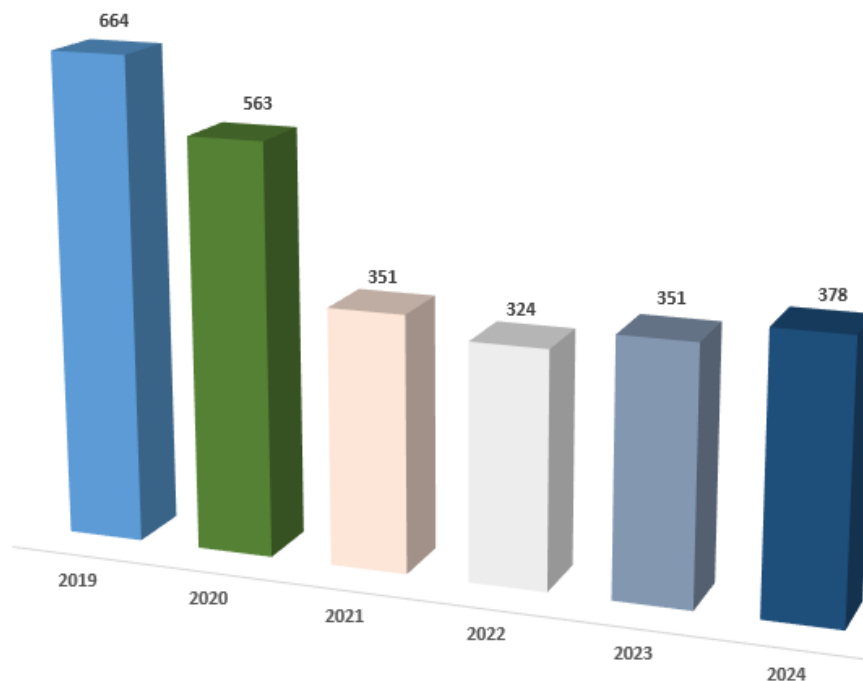


Quadro 28 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Peculato

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	664	2022	324
2020	563	2023	351
2021	351	2024	378



Gráfico 71 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Peculato



Situando-se a média anual de inquéritos movimentados no sexénio em análise em **438** inquéritos, verifica-se que tal média não é ultrapassada desde o ano de 2020.

Foram concluídos **1.163** inquéritos, o que representa **83,2%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **120,1%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **234** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui uma diminuição de **30,8%** face aos **338** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 29 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
338	1059	1397	132	462	4	565	1163	234

Foi deduzida acusação em **132** inquéritos – 53 em tribunal coletivo, 78 em tribunal singular – das quais 58 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal –, e 1 em processo abreviado.



O instituto de suspensão provisória do processo aplicou-se em 6 casos, dos quais 4 findaram por arquivamento durante o período temporal em análise.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **136** inquéritos.

O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **9,7%** relativamente aos inquéritos movimentados, **12,8%** por referência aos entrados e **11,7%** relativamente aos findos.

Quadro 30 - Exercício da ação penal [Inquéritos findos com indicição]

Inquéritos findos com indicição							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicição em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º-3 CPP	Outros					
53	58	20	1	0	132	4	136

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **462**, tendo findado **565** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 72 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

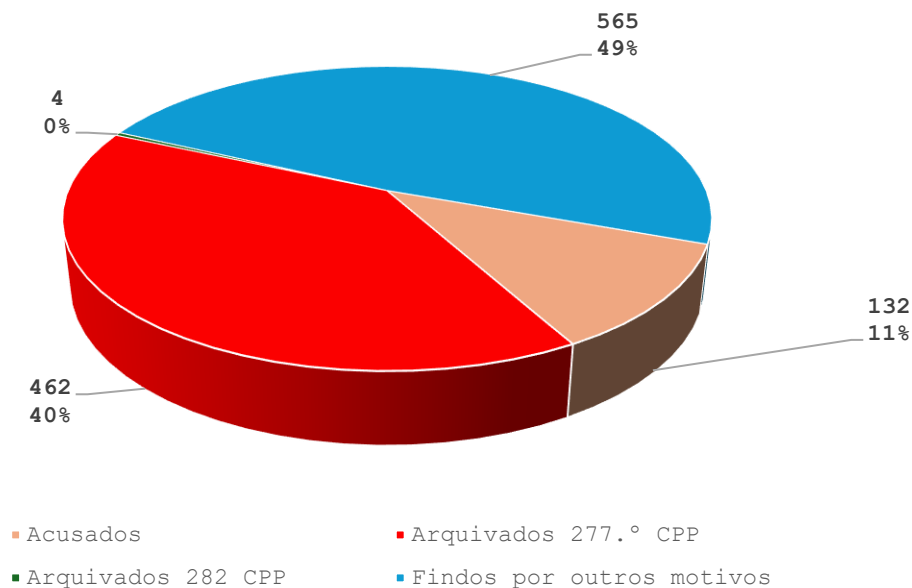




Gráfico 73 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

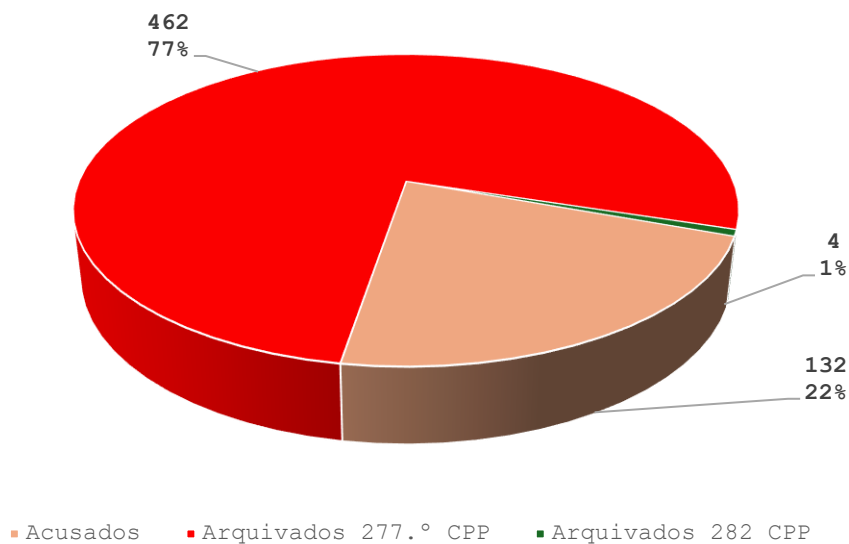
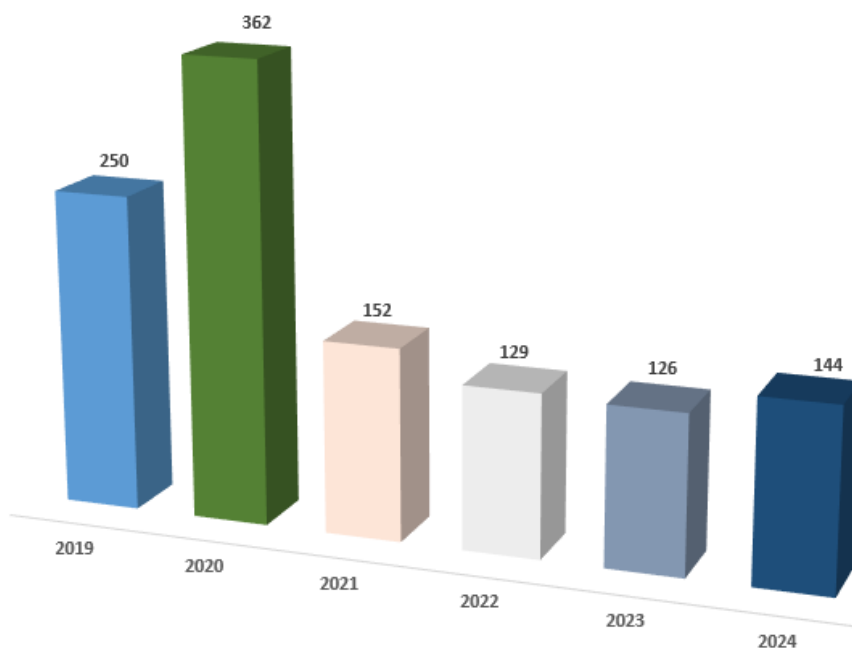


Gráfico 74 - Inquéritos findos 2019-2024 | Peculato

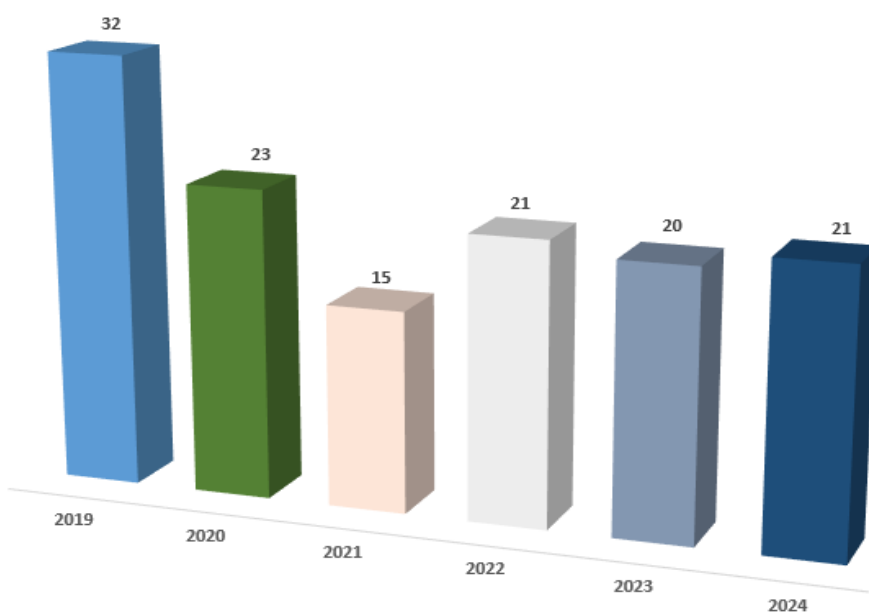




## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

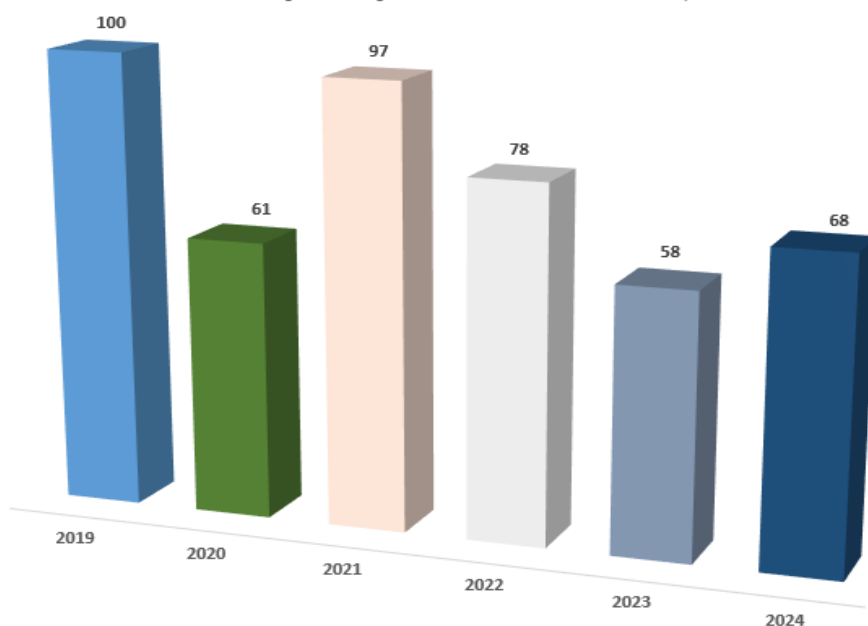
Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **132** acusações pelo ilícito de peculato na Região Judicial de Lisboa.

Gráfico 75 - Inquéritos acusados 2019-2024 | Peculato



Foram arquivados **462** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

Gráfico 76 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Peculato

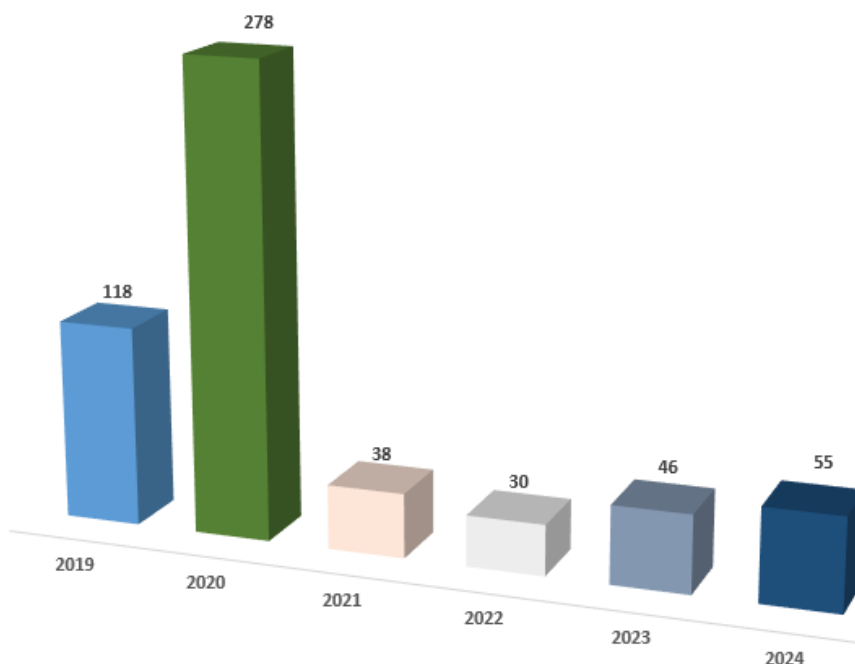




Foram ainda arquivados **4** inquéritos na sequência do cumprimento de injunções em inquéritos nos quais foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal) - **2** em 2021 e **2** em 2023.

Por fim, findaram **565** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 77 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Peculato



### 3. FORMAS DE PROCESSO ESPECIAL E INSTITUTOS DE CONSENSO UTILIZADOS

A ação penal foi exercida com a utilização das seguintes formas de processo especial e institutos de consenso:

Quadro 31 – Formas de processo especial e institutos de consenso – Peculato - 01.01.2019 e 31.12.2024

Abreviado	1
Sumaríssimo	0
Arquivamento na decorrência de suspensão provisória do processo	4
TOTAL	5



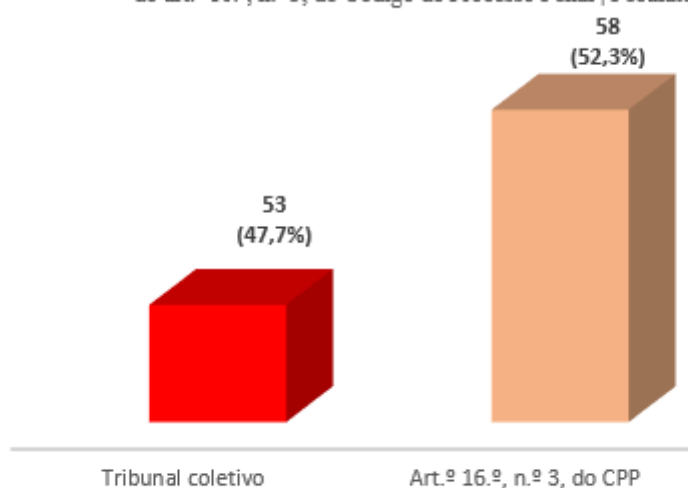
O que nos permite concluir que as formas de processo especial e de institutos de consenso foram utilizadas em 0,4% da totalidade dos inquéritos findos e em 3,7% da totalidade dos inquéritos em que foi exercida a ação penal.

No que tange ao instituto da suspensão provisória do processo, no período temporal em análise, cumpre salientar a sua aplicação em 6 inquéritos, tendo 4 findado por arquivamento após cumprimento de injunções e 1 por outros motivos, verificando-se que a aplicação do instituto da suspensão provisória teve uma taxa de sucesso de 80%.

#### 4. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em 58 casos, o que representa 44,3% do total de processos acusados em processo comum (131) e 52,3% da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (111).

Gráfico 78 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal | Peculato

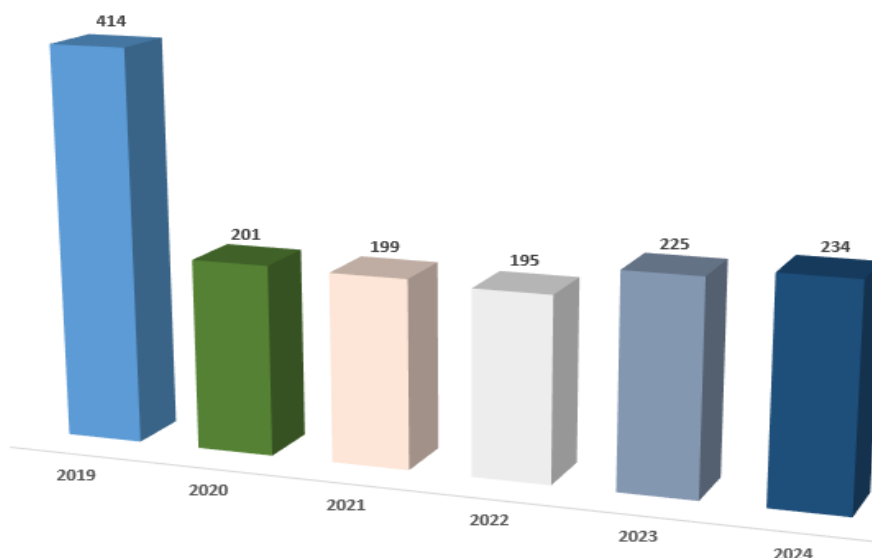




## 5. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

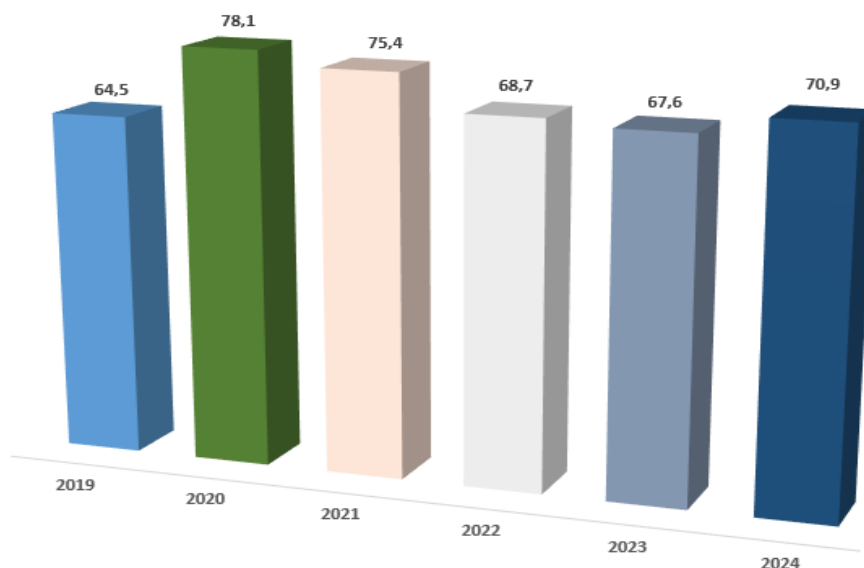
Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 338 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de peculato; em 31.12.2024, esse número era de 234, num decréscimo de 30,8% da pendência em 6 anos.

Gráfico 79 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Peculato



Igualmente existiram oscilações percentuais, de sentido irregular, do número de inquéritos de peculato com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio.

Gráfico 80 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Peculato





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **PREVARICAÇÃO (titulares de cargos políticos)**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **113** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de prevaricação de titulares de cargos políticos na área da Região Judicial de Lisboa.

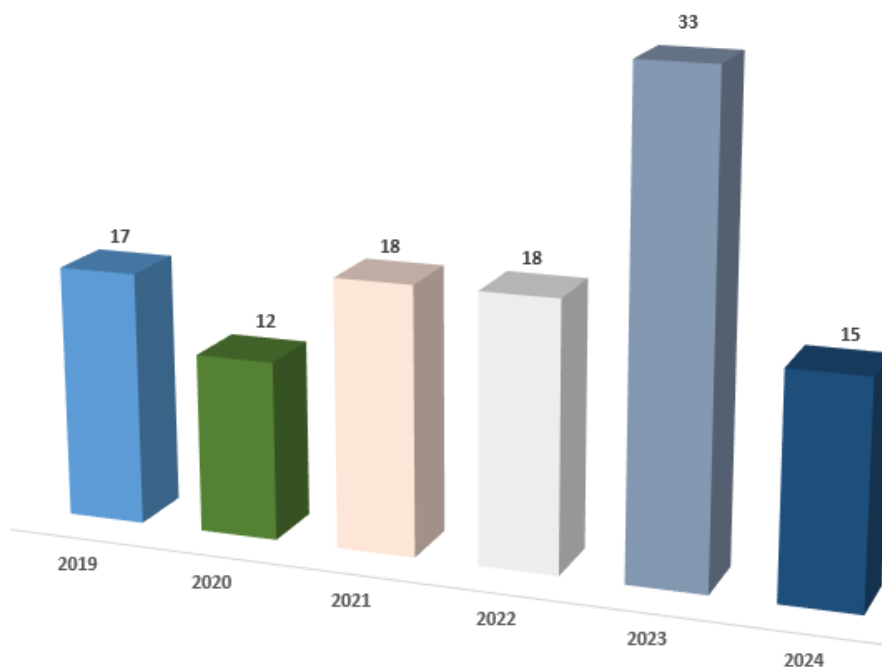
Número que, somados aos **37** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **150** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 32 – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Prevaricação**

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>17</b>
2020	<b>12</b>
2021	<b>18</b>
2022	<b>18</b>
2023	<b>33</b>
2024	<b>15</b>
<b>TOTAL</b>	<b>113</b>



Gráfico 81 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Prevaricação

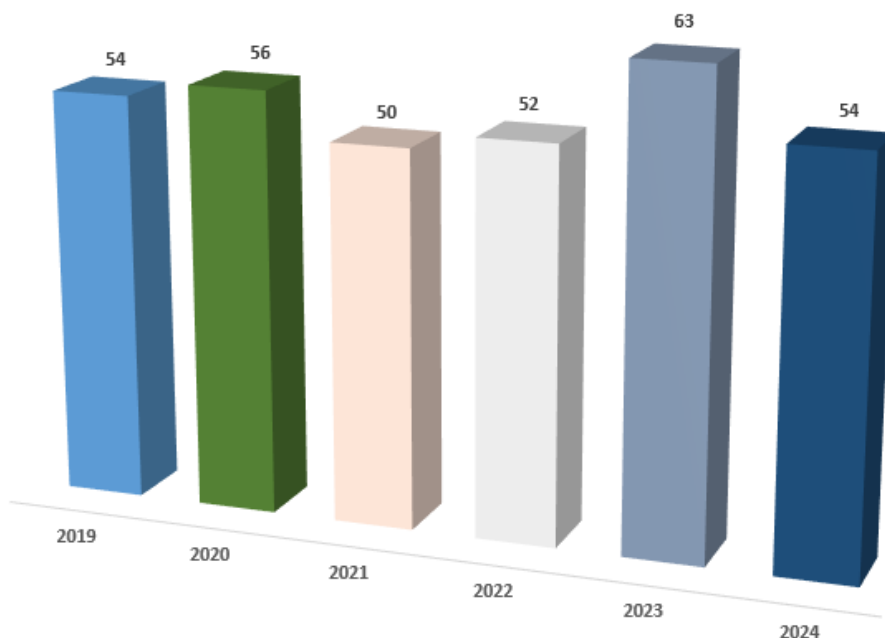


Quadro 33 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Prevaricação

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	54	2022	52
2020	56	2023	63
2021	50	2024	54



Gráfico 82 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Prevaricação



Foram concluídos **125** inquéritos, o que representa **83,3%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **110,6%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **25** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui uma diminuição de **32,4%** face aos **37** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 34 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
37	113	150	2	93	1	29	125	25

Foi deduzida acusação em **2** inquéritos – 1 em tribunal coletivo 1 em tribunal singular com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

O instituto de suspensão provisória do processo aplicou-se em **1** caso, que findou por arquivamento durante o período temporal em análise.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **3** inquéritos.



O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **2%** relativamente aos inquéritos movimentados, **2,7%** por referência aos entrados e **2,4%** relativamente aos findos.

Quadro 35 - Exercício da ação penal | Inquéritos findos com indicição

Inquéritos findos com indicação							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicação em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º -3 CPP	Outros					
1	1	0	0	0	2	1	3

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **93**, tendo findado **29** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 83 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

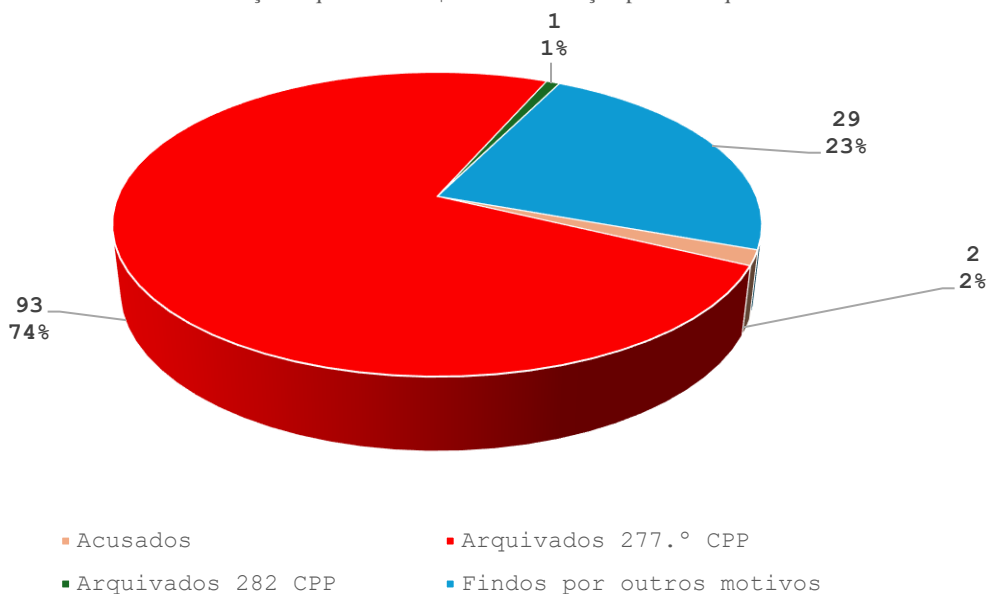
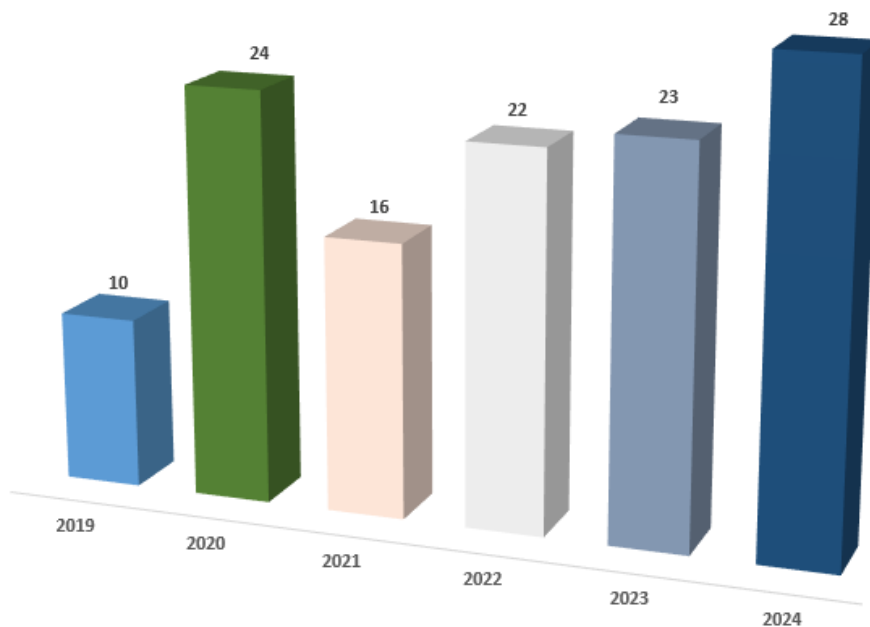




Gráfico 84 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos



Gráfico 85 - Inquéritos findos 2019-2024 | Prevaricação



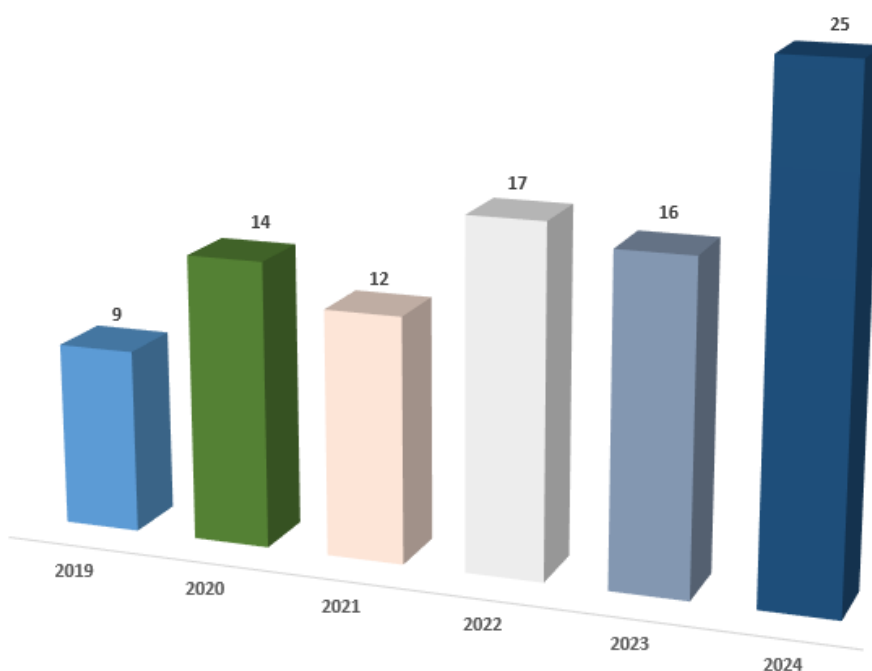


## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **2** acusações pelo ilícito de prevaricação na Região Judicial de Lisboa, 1 em 2023 e 1 em 2024.

Foram arquivados **93** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

Gráfico 86 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Prevaricação

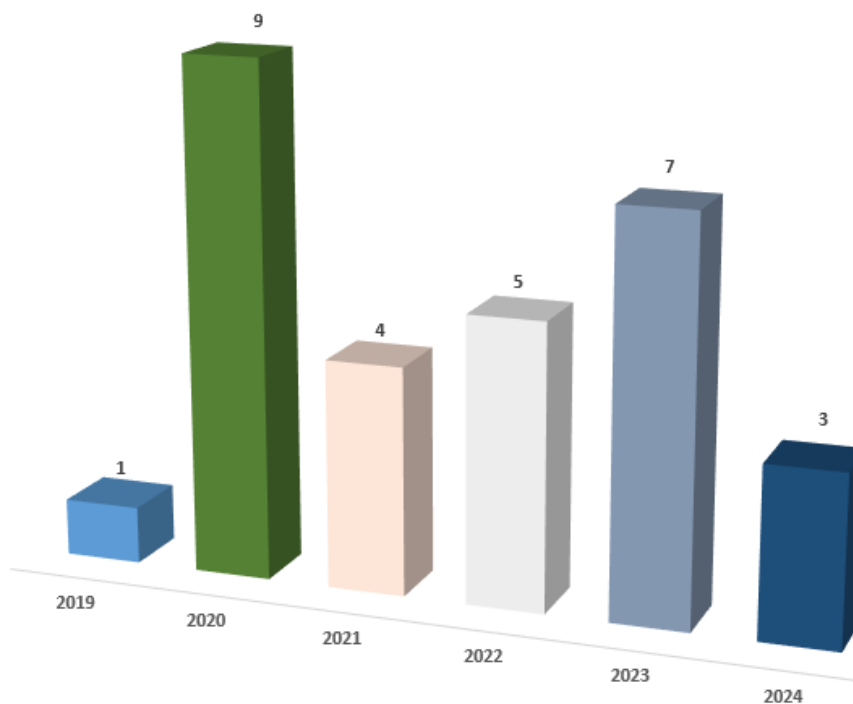


Foi ainda arquivado **1** inquérito na sequência do cumprimento de injunções em inquéritos nos quais foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal) em 2020.

Por fim, findaram **29** inquéritos por outros motivos.



Gráfico 87 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Prevaricação

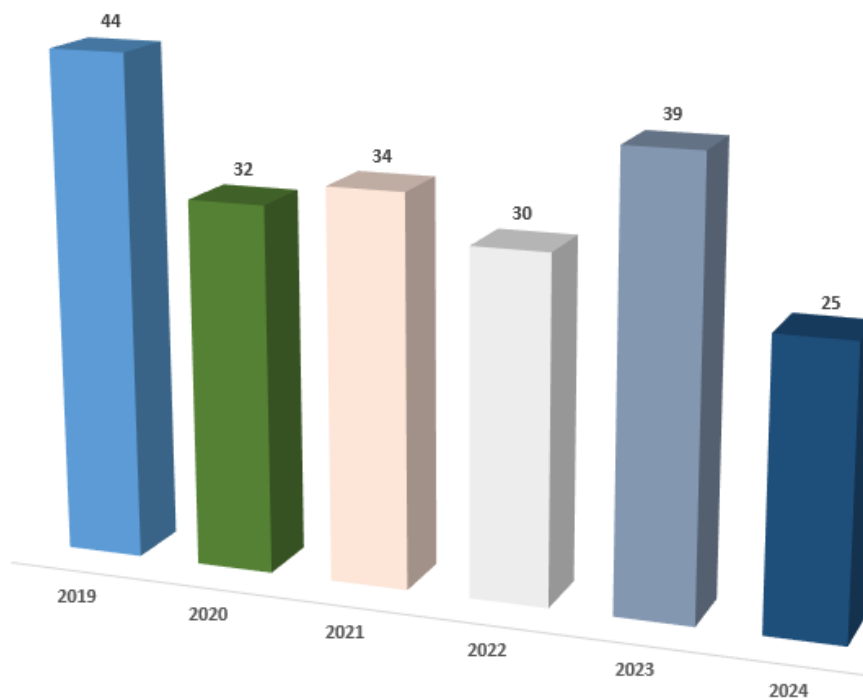


### 3. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 37 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de prevaricação de titulares de cargos políticos; em 31.12.2024, esse número era de 25, num decréscimo de 32,4% da pendência em 6 anos.

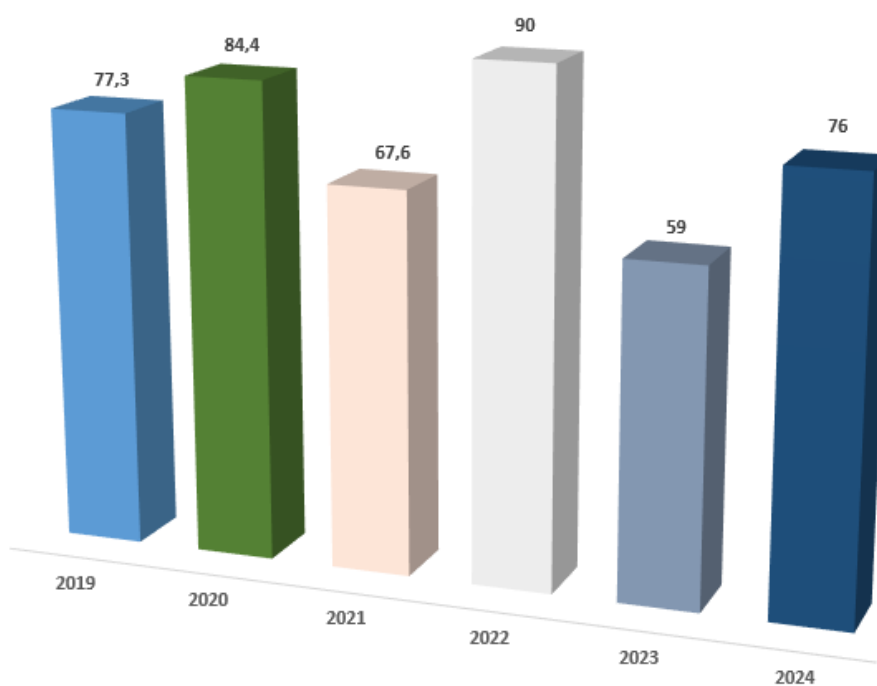


Gráfico 88 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Prevaricação



Igualmente existiram oscilações percentuais, de sentido irregular, do número de inquéritos de prevaricação com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio.

Gráfico 89 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Prevaricação





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **RECEBIMENTO INDEVIDO DE VANTAGEM**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **82** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de recebimento indevido de vantagem na área da Região Judicial de Lisboa.

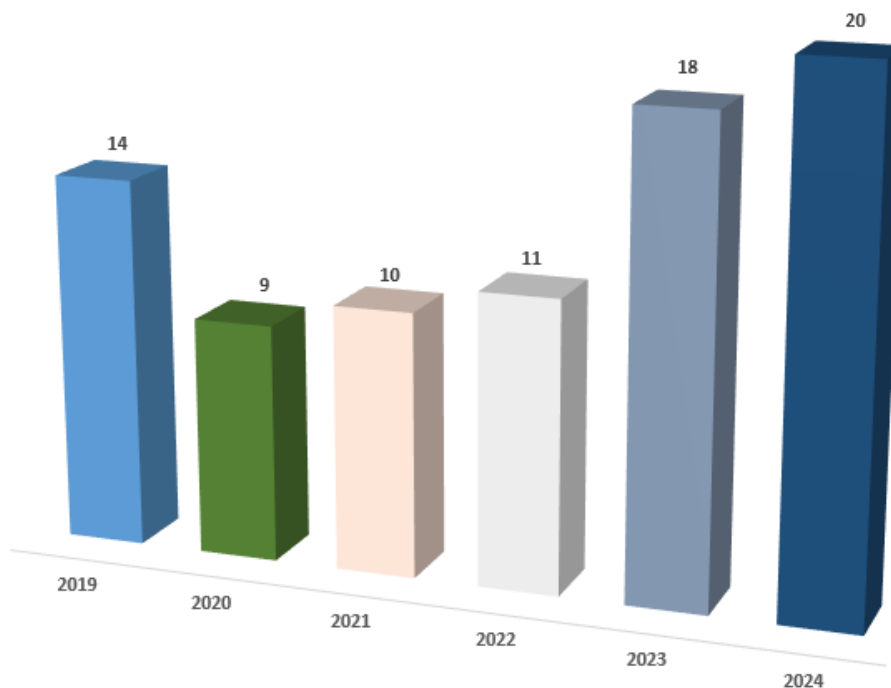
Número que, somados aos **23** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **105** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 36** – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Recebimento indevido

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>14</b>
2020	<b>9</b>
2021	<b>10</b>
2022	<b>11</b>
2023	<b>18</b>
2024	<b>20</b>
<b>TOTAL</b>	<b>82</b>



Gráfico 90 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Recebimento indevido

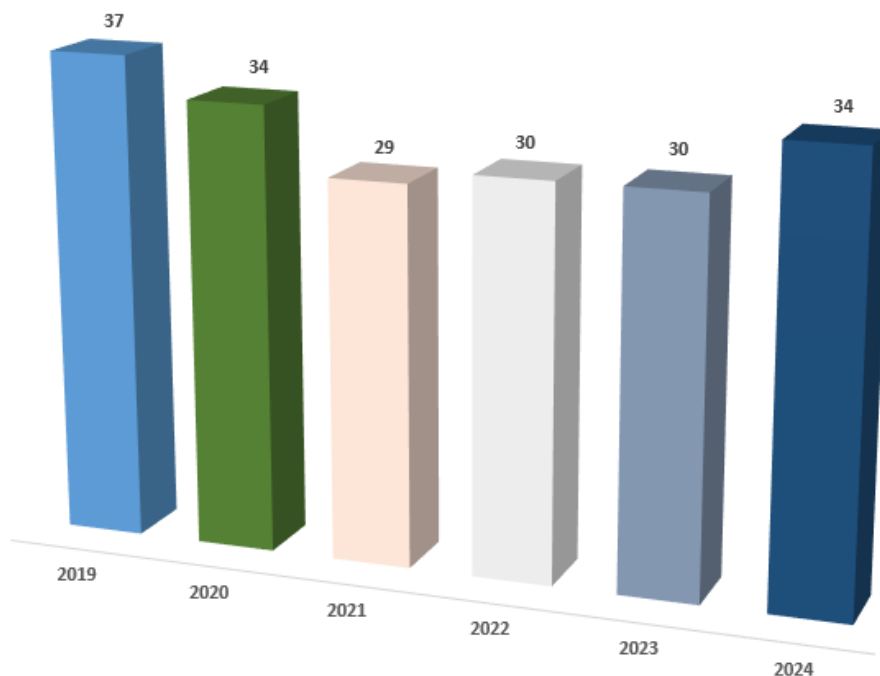


Quadro 37 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Recebimento indevido

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	37	2022	30
2020	34	2023	30
2021	29	2024	34



Gráfico 91 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Recebimento indevido



Foram concluídos **79** inquéritos, o que representa **75,2%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **96,1%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **26** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui um aumento de **13%** face aos **23** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 38 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
23	82	105	8	36	1	34	79	26

Foi deduzida acusação em **8** inquéritos – 2 em tribunal coletivo e 6 em tribunal singular – das quais 4 com recurso ao artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal.

O instituto de suspensão provisória do processo aplicou-se em 2 casos, dos quais **1** findou por arquivamento durante o período temporal em análise.

A ação penal com indicição foi, assim, exercida em **9** inquéritos.



O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **8,6%** relativamente aos inquéritos movimentados, **11%** por referência aos entrados e **11,4%** relativamente aos findos.

Quadro 39 - Exercício da ação penal | Inquéritos findos com indicição

Inquéritos findos com indicação							
Acusados						Findos por arquivamento em suspensão provisória do processo	Total exercício ação penal com indicação em inquérito
Tribunal Coletivo	Tribunal Singular		Proc. Abreviado	Proc. Sumaríssimo	Total acusados		
	Art.º 16.º -3 CPP	Outros					
2	4	2	0	0	8	1	9

O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **36**, tendo findado **34** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 92 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal - Inquérito

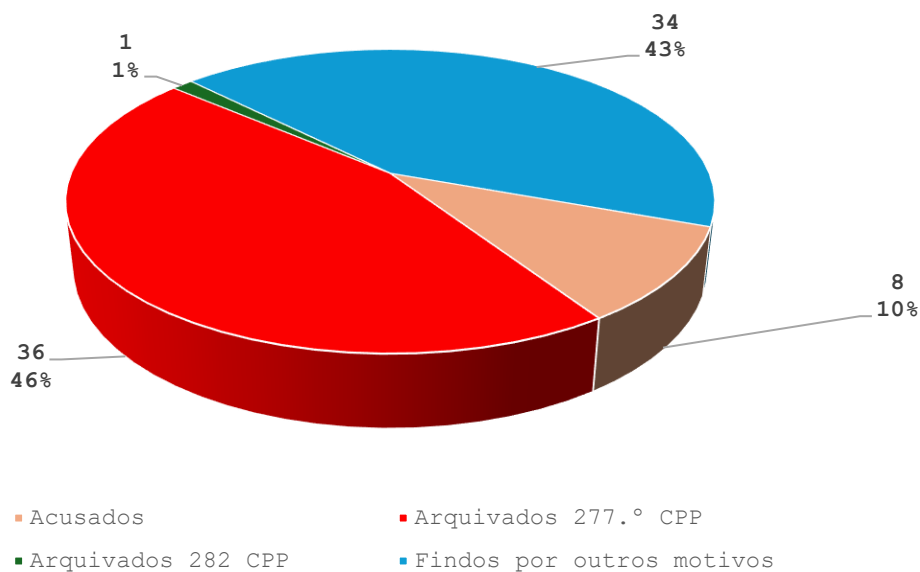




Gráfico 93 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos

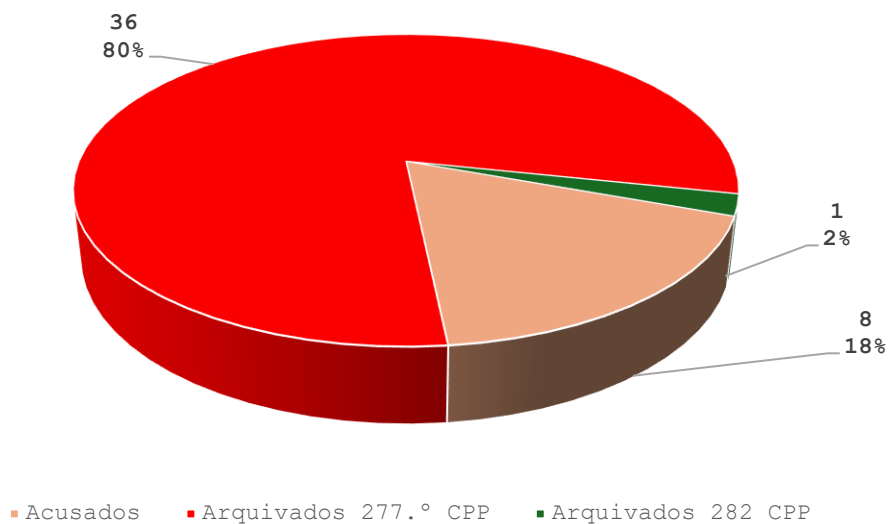
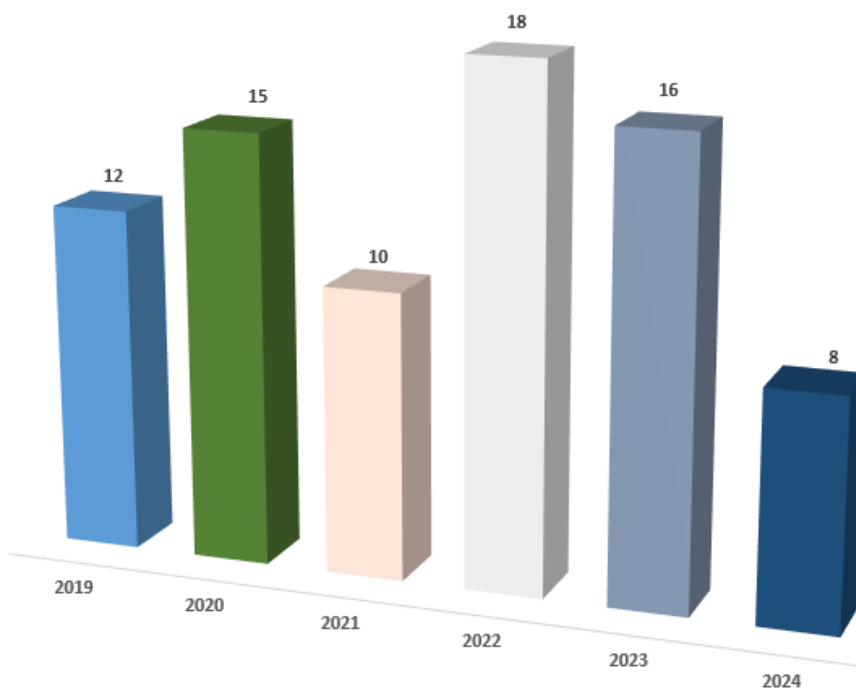


Gráfico 94 - Inquéritos findos 2019-2024 | Recebimento indevido

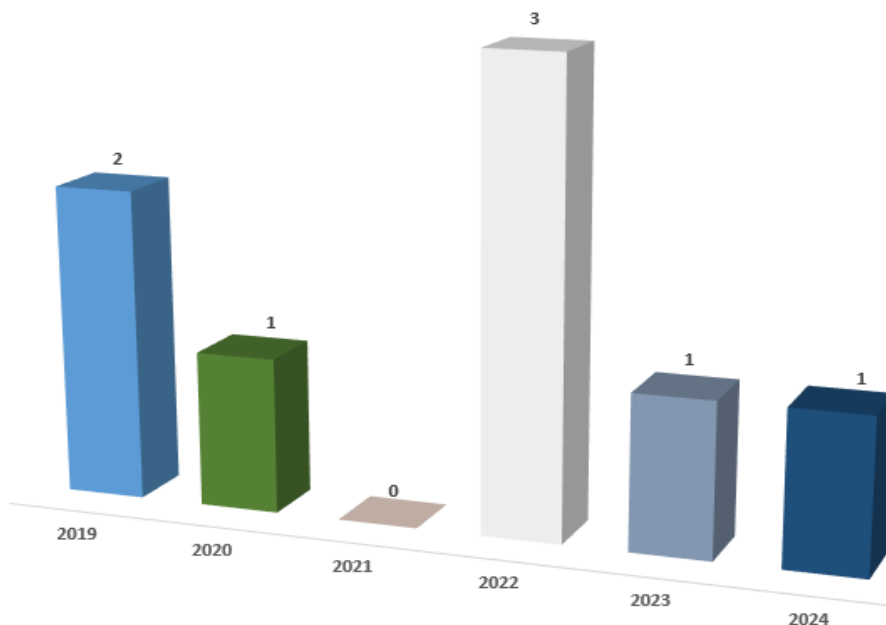




## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

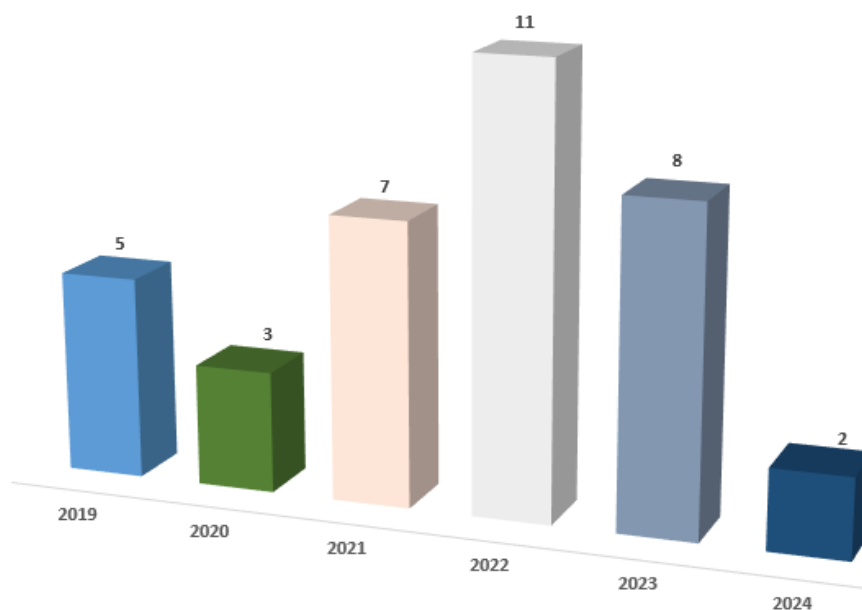
Como já vimos, no período temporal em análise foram deduzidas **8** acusações pelo ilícito de recebimento indevido de vantagem na Região Judicial de Lisboa.

Gráfico 95 - Inquéritos acusados 2019-2024 | Recebimento indevido



Foram arquivados **36** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

Gráfico 96 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Recebimento indevido

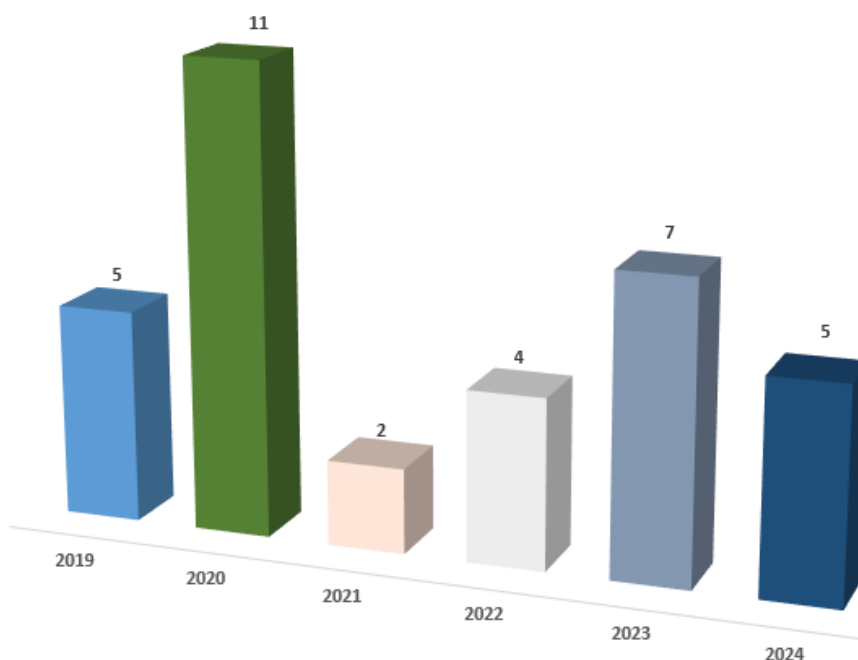




Foi ainda arquivado **1** inquérito na sequência do cumprimento de injunções em inquérito nos qual foi aplicado o instituto da suspensão provisória do processo (art.º 282.º do Código de Processo Penal), em 2021.

Por fim, findaram **34** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 97 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Recebimento indevido

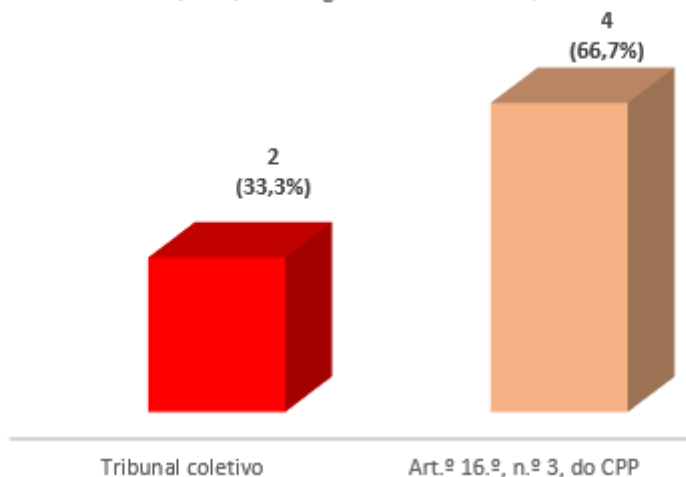


### 3. INTERVENÇÃO DO TRIBUNAL SINGULAR A PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO — art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal

No uso da faculdade prevista no artigo 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal, em casos de crimes indiciados cujo julgamento é da competência do Tribunal Coletivo, o Ministério Público deduziu acusação para julgamento por Tribunal Singular em **4** casos, o que representa **50%** do total de processos acusados em processo comum (8) e **66,7%** da totalidade dos processos indiciados a que, não fora o uso daquela faculdade, corresponderia julgamento pelo Tribunal Coletivo (6).



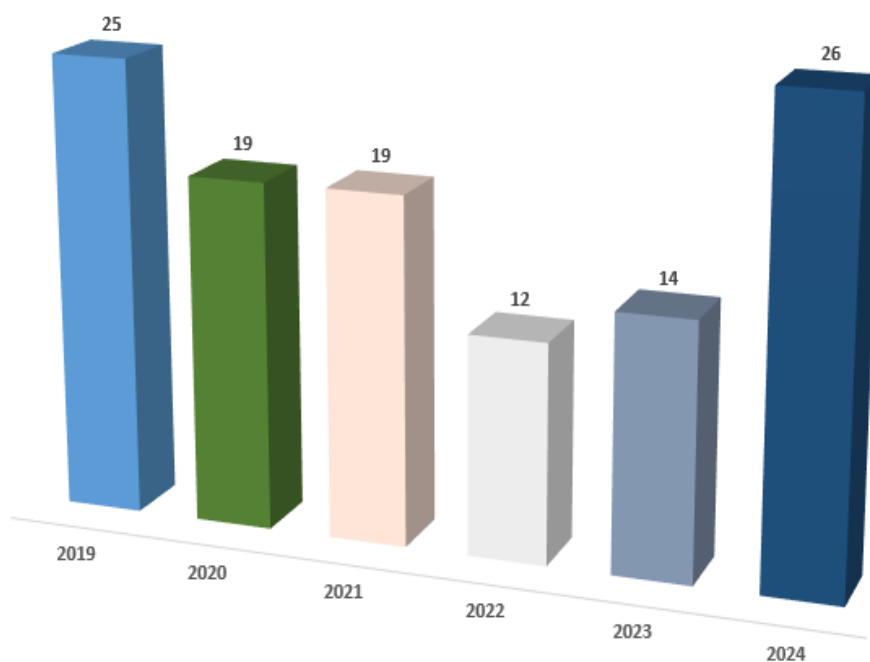
Gráfico 98 - Percentagem de acusações em Tribunal Coletivo e de utilização do art.º 16.º, n.º 3, do Código de Processo Penal | Recebimento indevido



#### 4. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 37 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de recebimento indevido de vantagem; em 31.12.2024, esse número era de 25, num decréscimo de 32,4% da pendência em 6 anos.

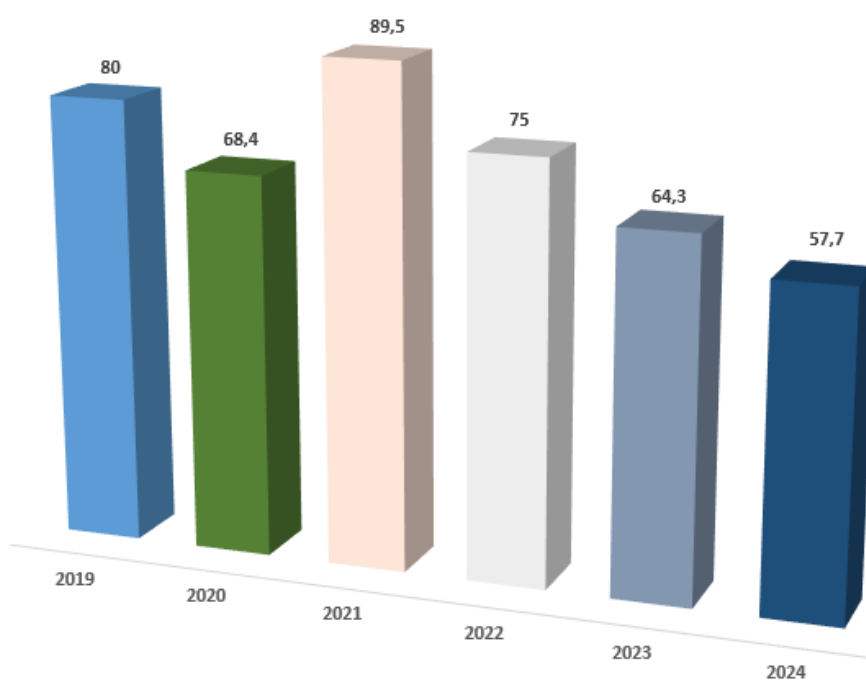
Gráfico 99 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Recebimento indevido





Tem-se verificado, desde o ano de 2022, uma diminuição do número de inquéritos de recebimento indevido de vantagem com mais de 8 meses de pendência.

Gráfico 100 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 |  
Recebimento indevido





## **II OS TIPOS CRIMINAIS ESPECÍFICOS**

### **TRÁFICO DE INFLUÊNCIA**

#### **1. ANÁLISE GLOBAL**

Entre **1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2024**, foram registados **59** novos inquéritos relativos à prática de ilícitos de tráfico de influência na área da Região Judicial de Lisboa.

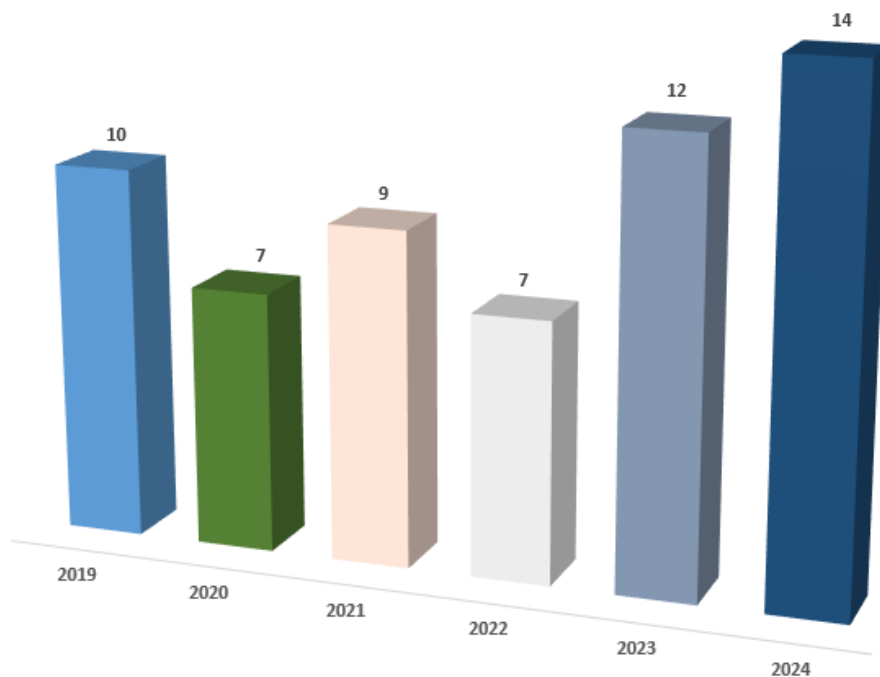
Número que, somados aos **17** inquéritos transitados do ano de **2018**, determinou a movimentação de **76** inquéritos durante o mesmo período temporal.

**Quadro 40** – Inquéritos iniciados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Tráfico de influência

<b>ANO</b>	<b>INICIADOS</b>
2019	<b>10</b>
2020	<b>7</b>
2021	<b>9</b>
2022	<b>7</b>
2023	<b>12</b>
2024	<b>14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>



Gráfico 101 - Inquéritos iniciados 2019-2024 | Tráfico de influência

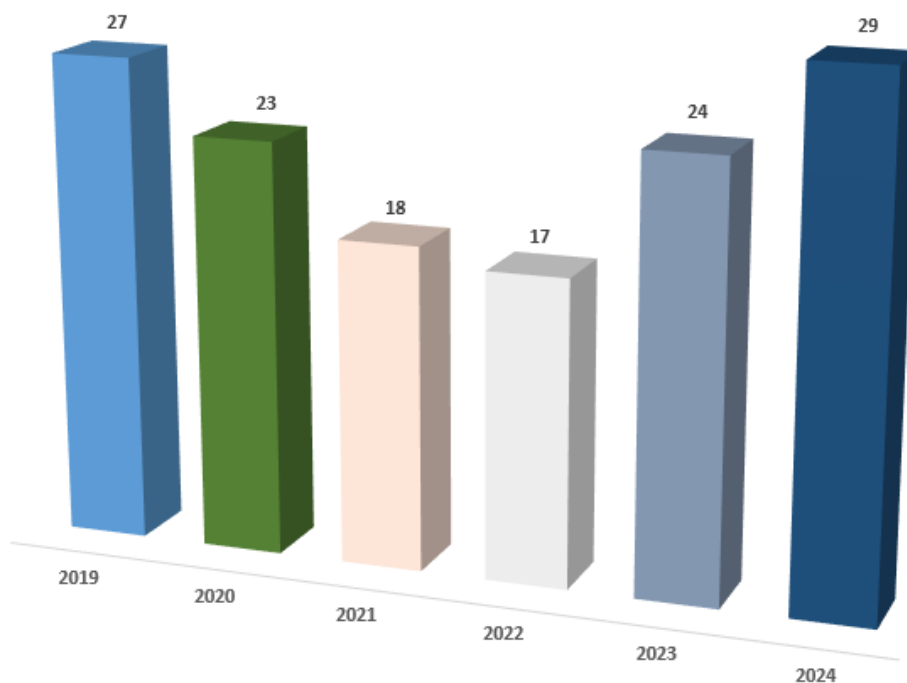


Quadro 41 – Inquéritos anualmente movimentados entre 01.01.2019 e 31.12.2024 | Tráfico de influência

ANO	MOVIMENTADOS	ANO	MOVIMENTADOS
2019	27	2022	17
2020	23	2023	24
2021	18	2024	29



Gráfico 102 - Inquéritos movimentados 2019-2024 | Tráfego de influência



Foram concluídos **57** inquéritos, o que representa **75%** do total de inquéritos movimentados no sexénio, e **96,6%** dos inquéritos iniciados.

Ficaram pendentes **19** inquéritos para o ano judicial de 2025, o que constitui um aumento de **11,8%** face aos **17** inquéritos pendentes em 1 de janeiro de 2019.

Quadro 42 - Inquéritos movimentados e findos | 2019-2024

Movimentados			Findos					Pendentes a 31.12.2024
Vindos de 2018	Entrados	Total	Acusados	Arquivados (art.º 277.º CPP)	Arquivados (art.º 282.º CPP)	Outros motivos	Total	
17	59	76	1	38	0	18	57	19

Foi deduzida acusação em **1** inquérito para julgamento em tribunal singular, sendo a única ação penal com indicição verificada.

O indicador de indicição cifra-se, por essa via, em **1,3%** relativamente aos inquéritos movimentados, **1,7%** por referência aos entrados e **1,8%** relativamente aos findos.



O número de inquéritos arquivados ao abrigo do artigo 277.º do CPP foi de **38**, tendo findado **18** inquéritos por outros motivos.

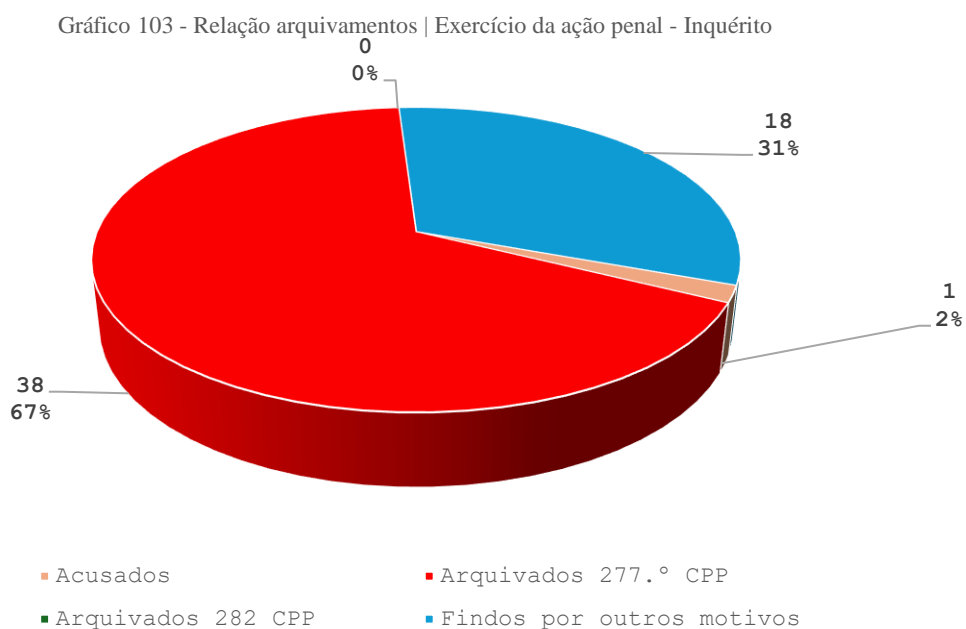
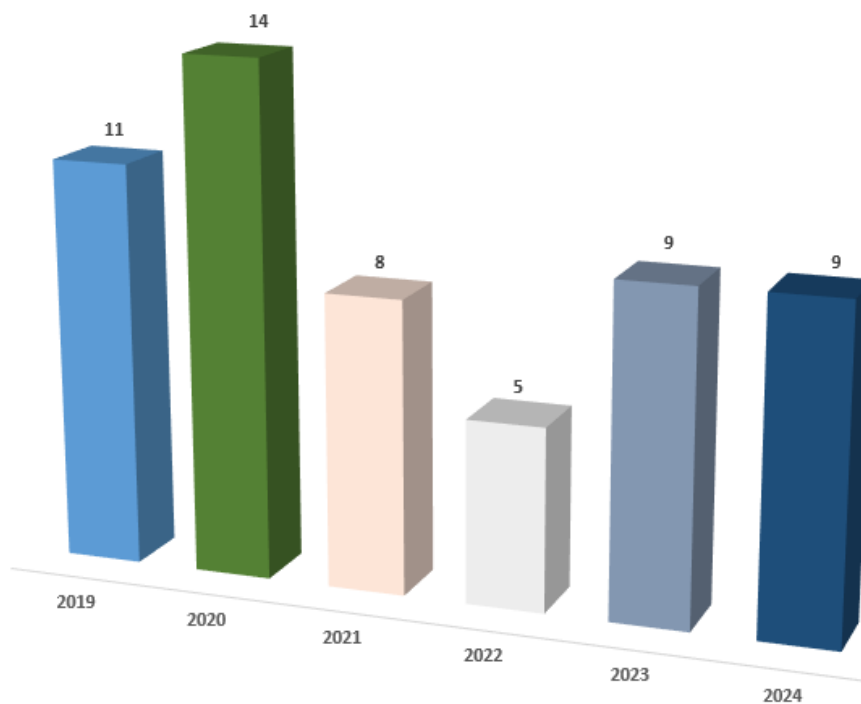


Gráfico 104 - Relação arquivamentos | Exercício da ação penal | Sem findos por outros motivos





Gráfico 105 - Inquéritos findos 2019-2024 | Tráfico de influência



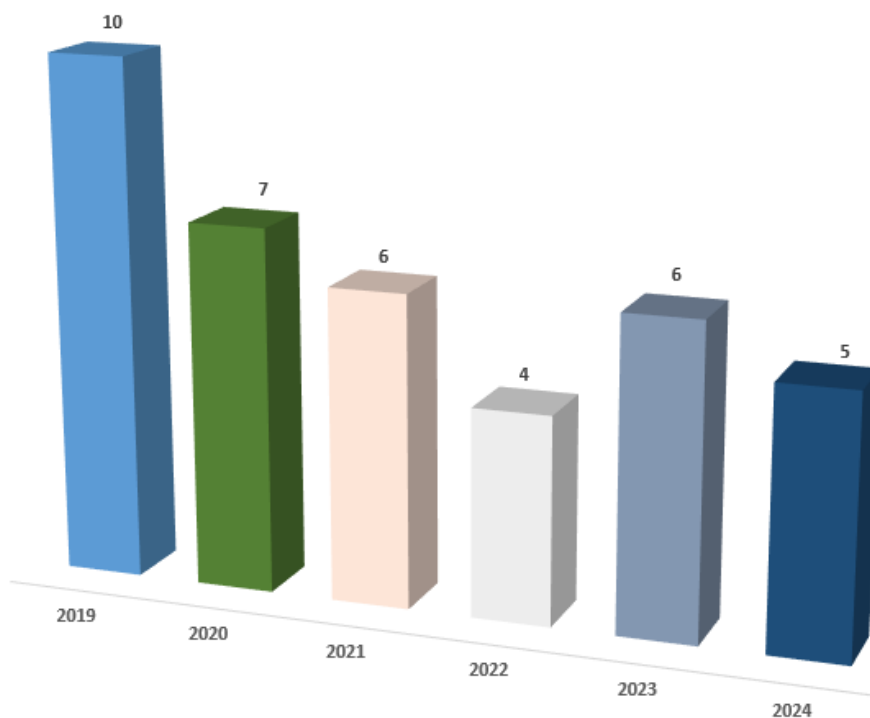
## 2. EVOLUÇÃO ANUAL DOS INQUÉRITOS FINDOS POR TIPO DE DECISÃO

Como já vimos, no período temporal em análise foi deduzida **1** acusação pelo ilícito de tráfico de influência na Região Judicial de Lisboa.

Foram arquivados **38** inquéritos nos termos do art.º 277.º do Código de Processo Penal.

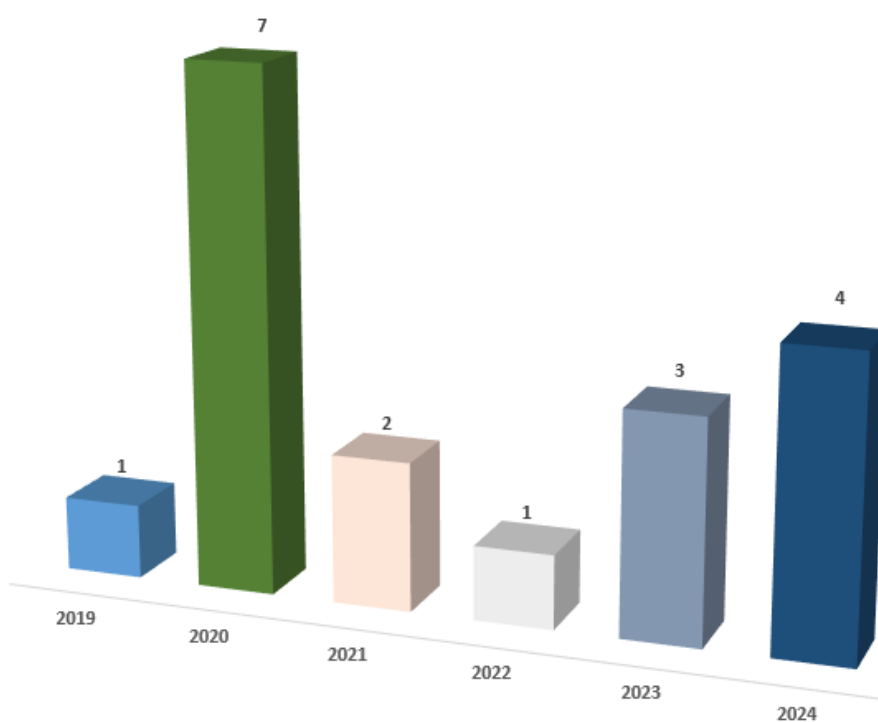


Gráfico 106 - Inquéritos arquivados (art.º 277.º CPP) 2019-2024 | Tráfico de influência



Por fim, findaram **18** inquéritos por outros motivos.

Gráfico 107 - Inquéritos findos por outros motivos 2019-2024 | Tráfico de influência

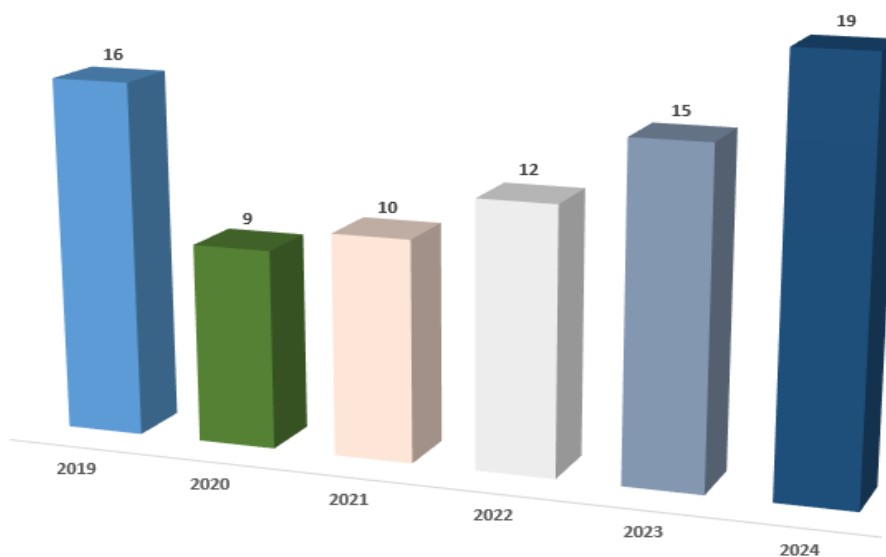




### 3. EVOLUÇÃO DA PENDÊNCIA

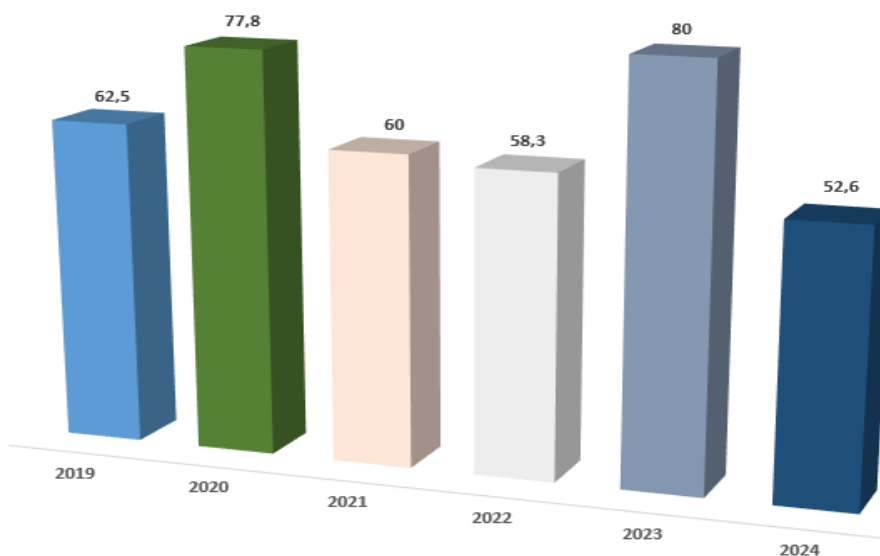
Em 01.01.2019, encontravam-se pendentes na Região Judicial de Lisboa 17 inquéritos registados relativos à investigação pela prática de crimes de tráfico de influência; em 31.12.2024, esse número era de 19, num acréscimo de 11,8% da pendência em 6 anos.

Gráfico 108 - Pendência anual a 31 de dezembro - 2019-2024 | Tráfico de influência



Igualmente existiram oscilações percentuais, de sentido irregular, do número de inquéritos de tráfico de influência com mais de 8 meses de pendência ao longo do sexénio.

Gráfico 109 - Percentagem anual dos inquéritos pendentes há mais de 8 meses a 31 de dezembro - 2019-2024 | Tráfico de influência





Tribunal da Relação de Lisboa

Procuradoria Geral Distrital de Lisboa